

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS
ORGÂNICOS PELA AGRICULTURA FAMILIAR EM MATO
GROSSO DO SUL**

JULIANA BENITES PADUA

DOURADOS – MS

2014

JULIANA BENITES PADUA

**PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS
PELA AGRICULTURA FAMILIAR EM MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Grande Dourados – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, para obtenção do Título de Mestre em Agronegócios.

Orientador: Prof. Dr. Milton Parron Padovan.

DOURADOS – MS

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da UFGD, Dourados, MS, Brasil

P125p Padua, Juliana Benites.
Produção e comercialização de produtos orgânicos
pela agricultura familiar em Mato Grosso do Sul / Juliana
Benites Padua – Dourados-MS : UFGD, 2014.
82 f.

Orientador: Prof. Dr. Milton Parron Padovan.
Dissertação (Mestrado em Agronegócios)
Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Alimentos orgânicos – Produção. 2. Agricultora
familiar – Mato Grosso do Sul. I. Padovan, Milton
Parron. II. Título.

CDD: 641.3

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

JULIANA BENITES PADUA

**PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS PELA
AGRICULTURA FAMILIAR EM MATO GROSSO DO SUL**

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADOR: Prof. Dr. Milton Parron Padovan - Embrapa Agropecuária Oeste

Profa. Dra. Madalena Maria Schlindwein - UFGD

Prof. Dr. João Paulo Guimarães Soares - Embrapa Cerrados

Fevereiro/2014

JULIANA BENITES PADUA

**PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS PELA
AGRICULTURA FAMILIAR EM MATO GROSSO DO SUL**

Esta dissertação foi julgada e aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Agronegócios com área de Concentração em Agronegócios e Desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal de Grande Dourados.

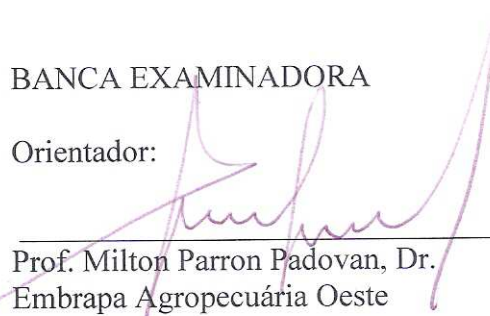
Dourados (MS), 15 de abril de 2014.



Prof.^a Erlaine Binotto, Dr.^a
Coordenadora do Programa

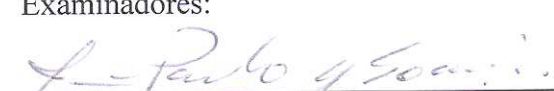
BANCA EXAMINADORA

Orientador:

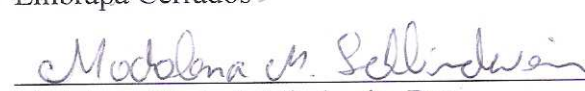


Prof. Milton Parron Padovan, Dr.
Embrapa Agropecuária Oeste

Examinadores:



Prof. João Paulo Guimarães Soares, Dr.
Embrapa Cerrados



Madalena Maria Schlindwein, Dra.
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

Dedico:

*Ao meu esposo Eder, alguém
sempre presente e o maior
incentivador desta conquista.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e por iluminar meus caminhos;

À Universidade Federal da Grande Dourados, por meio do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, por todo apoio e estrutura proporcionada, assim como a todos os professores que contribuíram para minha formação e crescimento;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo suporte financeiro sob a forma de concessão de bolsa de Mestrado.

Ao professor Milton Parron Padovan, pela orientação, confiança e dedicação empenhada;

Ao meu esposo Eder, por todo carinho, motivação e apoio;

Aos meus pais, Felicita e Luiz Antônio, pelos conselhos e amor dedicado;

Aos meus irmãos, Ariana e Santiago, pelo companheirismo e também aos queridos primos: Osmar, Luiz e Pedro;

Aos colegas que contribuíram na fase de coleta de dados, realizando as entrevistas: Denise Padovan, Arlene Sobrinho, Francisco Cruz, Rosangela Pedrosa, Jaqueline Nascimento, Thiago Maciel e Vanderlei Conceição;

À professora Luciana F. da Silva, pela orientação no uso do Software SPSS;

Aos colegas de pós-graduação pela vivência, aprendizado e amizade, em especial a Heloiza, Tathiane e Adriana Rita;

À Carolina Bilibio, por suas contribuições e amizade;

À Ludimylle, secretária do mestrado, pela sua disponibilidade e simpatia;

A todos os produtores orgânicos e agroecológicos entrevistados, pela hospitalidade e disposição em contribuir com a pesquisa;

A todas as pessoas que intermediaram diretamente e indiretamente para a realização das entrevistas, em especial a Valtair Prata (CPT), Joedir Cunha (CPT), Sr. Adeniro (produtor agroecológico), Joaquim Castilho (Embrapa) e Airton Garcez (Agraer);

Aos professores Madalena Schlindwein e João Paulo Soares, por participarem da banca examinadora e pelas suas contribuições;

Muito obrigado a todos!

“Queremos uma justiça social que combine com a justiça ecológica.

Uma não existe sem a outra.”

Leonardo Boff

RESUMO GERAL

PADUA, Juliana Benites, M. Sc., Universidade Federal da Grande Dourados, fevereiro de 2014. **Produção e comercialização de produtos orgânicos pela agricultura familiar em Mato Grosso do Sul.** Orientador: Milton Parron Padovan.

Diante da necessidade da produção de alimentos de maneira cada vez mais sustentável, a agricultura com base nos princípios agroecológicos e a orgânica, se destacam como importantes caminhos para viabilizar a produção em harmonia com o meio ambiente, propiciando condições de ganhos sociais e econômicos aos agricultores. Embora haja a existência de tantos benefícios com a adoção de técnicas de base agroecológica nos cultivos agrícolas, percebe-se que tais iniciativas têm se expandido pouco nos dias atuais, em especial no estado de Mato Grosso do Sul. Nesse contexto, desenvolveu-se um estudo objetivando conhecer aspectos inerentes à produção e comercialização de produtos orgânicos, no âmbito da agricultura familiar no estado, de modo a identificar os principais gargalos deste setor, bem como os possíveis meios que resolveriam ou atenuariam as dificuldades que têm gerado grande entraves ao avanço deste segmento no estado. Este estudo foi desenvolvido envolvendo 101 produtores orgânicos oriundos de 22 municípios de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de conhecer e analisar os aspectos inerentes à produção de alimentos sob bases agroecológicas dessas famílias. Especificamente, pretendeu-se caracterizar o perfil dos produtores e o atual cenário da produção orgânica no estado e identificar as dificuldades do setor, bem como os possíveis meios e/ou ações que amenizem ou solucionem essas dificuldades, segundo a percepção desses agricultores. Para identificar os agricultores que manejam suas unidades de produção, seguindo princípios agroecológicos, foi utilizada a metodologia de amostragem *snowball sampling* para descobrir os possíveis informantes-chave, e também foram estabelecidos alguns arranjos com profissionais da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de MS (AGRAER), e com alunos do curso de Especialização em Residência Agrária: Agroecologia, Produção e Extensão Rural, da Universidade Federal da Grande Dourados, que participaram na identificação de agricultores orgânicos, além de entrevistarem aqueles situados em seus municípios de origem. Em cada unidade produtiva previamente identificada, realizou-se uma visita guiada e, ao mesmo tempo, entrevistou-se o agricultor responsável a partir de um roteiro semiestruturado, contendo questões abertas e fechadas. As abordagens aos produtores também foram realizadas em dois eventos, durante este período, que reuniram produtores de diversas localidades do estado. Deste modo, o estudo foi realizado durante os anos de 2012 e 2013, gerando resultados que foram organizados em dois capítulos, sendo que o primeiro trata da “**Produção orgânica no âmbito da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul**”. Os resultados deste capítulo mostraram que a maioria dos produtores orgânicos de base familiar de Mato Grosso do Sul tem idade entre 40 a 60 anos, os quais possuem baixo nível de escolaridade, sendo que 70% destes produtores já atuaram na agricultura convencional anteriormente. Os principais fatores motivadores ao uso de práticas agroecológicas são: a possibilidade de consumo de produtos saudáveis (49%), bem como interesse na supressão do uso de agroquímicos nos agroecossistemas (19%). Neste estudo, constatou-se boa diversidade de produtos oriundos da agricultura orgânica no âmbito da agricultura familiar, predominando hortaliças (63%) e frutas (47%), sendo a maioria produzida em pequenas áreas de até 1 hectare. As principais dificuldades na produção orgânica entre os produtores entrevistados são: a falta de recursos financeiros para investimento (32%), dificuldade no controle de pragas e doenças (29%), falta de insumos orgânicos (24%) e falta de assistência técnica (24%). No entanto, para que tais problemas sejam solucionados, 30% dos produtores apontam a necessidade do fortalecimento da união entre os próprios produtores, 29% mencionam a viabilização de assistência técnica de qualidade e em quantidade necessária, 24% indicaram a necessidade por viabilização de

créditos para melhorar a infraestrutura. Em suma, mediante as dificuldades apresentadas por estes produtores, observa-se que em grande parte dos problemas, ainda presentes neste cenário, são reflexos de políticas públicas existentes que não estão alcançando estes produtores em sua totalidade, carecendo de maior atenção na execução destes programas, a fim de que atenda esse público com mais eficiência, para que se torne possível o avanço e superação das dificuldades da agricultura orgânica em Mato Grosso do Sul. Com base na mesma metodologia, o segundo capítulo aborda o tema “**Agregação de valor, certificação, comercialização e consumo de produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul**”. Assim, de acordo com os resultados obtidos, constatou-se que 53% dos produtores orgânicos de base familiar não agregam valor aos produtos agrícolas, entretanto, dentre os produtores que agregam valor aos seus produtos, 68% mencionou a necessidade por investimento em tecnologias para melhorar este processo. Constatou-se, também, que 76% dos agricultores de base familiar não possuem a certificação orgânica e que para 78% dos produtores o canal de comercialização mais utilizado é a venda direta, sendo os demais canais menos explorados, em especial os programas de comercialização do governo. De acordo com os agricultores pesquisados, os principais entraves à comercialização de produtos orgânicos são: o escoamento da produção (48%), preços praticados (26%), bem como a falta de conscientização dos consumidores quanto à importância do consumo de produtos orgânicos (26%). Assim, para 25% destes produtores são necessárias melhorias no escoamento da produção, 18% argumentaram sobre a necessidade de melhor organização de grupos para comercialização coletiva e 16% dos produtores indicaram a necessidade por ampliação dos canais de comercialização, para que ocorram melhorias no elo da comercialização em Mato Grosso do Sul. Considerando a necessidade de maior conscientização da população acerca do maior consumo de produtos orgânicos, os agricultores enfatizaram a importância de divulgação contínua na mídia sobre os benefícios dos alimentos orgânicos (62%), bem como a realização de palestras aos diversos segmentos da sociedade sobre a importância dos produtos orgânicos (19%). Diante dos dados apresentados, verificou-se a presença de muitas dificuldades a serem superadas no âmbito da comercialização da produção orgânica e familiar em Mato Grosso do Sul. Deste modo, medidas emergenciais de apoio e assistência a estes agricultores podem contribuir para mudar esta realidade que se perpetua há algum tempo no estado, sob pena de desestímulo aos agricultores de permanecerem nessas atividades.

Palavras-chave: sustentabilidade, produção orgânica, agroecologia, agricultores familiares, organização social, mercado de produtos orgânicos.

GENERAL ABSTRACT

PADUA, Juliana Benites, M. Sc., Universidade Federal da Grande Dourados, January, 2014. **Production and marketing of organic products by family farmers in Mato Grosso do Sul.** Adviser: Milton Parron Padovan.

Due to a recent essential increase in sustainable food production, agriculture based on agro-ecological and organic principles stand out as an important way to enable production in harmony with the environment, ensuring social and economic benefits to farmers. However, in spite of the many benefits provided by agro-ecological techniques adopted in agricultural systems, it is perceived that such initiatives have only slightly expanded nowadays, especially in the Mato Grosso do Sul state. In response, this study aimed to evaluate aspects related to the production and marketing of organic products in the context of family farming in Mato Grosso do Sul. It was specifically conducted to identify the main constraints in this sector as well as the possible ways, in which to solve or to mitigate the difficulties that have created the main barriers, hindering the advancement of organic production in the state. This study was conducted through a survey with 101 organic farmers from 22 cities in Mato Grosso do Sul, with the aim of understanding and analyzing the aspects of food production under agro-ecological family farming. We especially sought to characterize the profile of the farmers and organic production's current state in the region, in addition, we tried to identify the difficulties apparent in the sector as well as possible means and/or actions to confront these perceived problems experienced by those farmers. In order to identify farmers who manage their production units following agro-ecological principles, the sampling practice called 'snowball sampling' was used to discover possible subjects. The researchers also conducted interviews with professionals at the Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), in addition to, students of a specialization course at the Residência Agrária: Agroecologia, Produção e Extensão of the Federal University of Grande Dourados, who participated in the identification and interrogation of organic farmers in their home towns. In each previously identified production unit, a guided tour and a semi-structured questionnaire, with open and closed questions, were conducted. Consultations with producers were directed on two separate occasions during this period, where producers were visited from different locations of the state. Thus, the study was carried out during 2012 and 2013, generating results that were organized into two chapters, the first of which deals with the "**Organic production in the context of family farming in Mato Grosso do Sul**". The results of this chapter have shown that most organic family producers of the Mato Grosso do Sul state range from 40 to 60 years old, having low levels of education, and acting previously in conventional agriculture (70%). The main motivational factors to implement agro-ecological practices are: the possible consumption of healthy products (49%), as well as an interest in the limitation of pesticide use in agro-ecosystems (19%). In this study, it was noticed a good diversity of products from organic agriculture in the context of family farming, predominantly vegetables (63%) and fruits (47%), most of which were produced in small areas of up to 1 hectare. The main difficulties in organic production among the surveyed farmers were: the lack of financial support for investments (32%), difficulties in pest and disease control (29%), lack of organic inputs (24%) and lack of technical assistance (24%). Therefore, to deal with such problems,

30% of producers pointed out the need to strengthen the farmers union. 29% believed that receiving frequent qualified technical assistance would be of assistance and finally 24% indicated the urgency of credit to improve infrastructure. In short, the difficulties pointed out through this study highlight that, the existing policies are not entirely reaching organic farmers. More attention is required in regard to the implementation of these programs, so that they can better meet the demands of the public and overcome the limitations of organic agriculture in Mato Grosso do Sul state. Based on the same methodology, the second chapter deals with the theme "**Value addition, certification, marketing and consumption of organic products derived from family farmers in Mato Grosso do Sul**". Thus, according to the obtained results, it was found that 53% of family-based organic farmers did not increase the value of agricultural products, however, among the producers who take part in this, 68% mentioned the need of investments in technologies to improve the value chain. It was also found that 76% of family farmers do not have organic certification and that 78% of producers use direct sales as the main means of marketing. Other techniques are less explored, especially the federal marketing programs. According to the survey, the main barriers to the marketing of organic products are: the flow of production (48%), fees (26%), and the lack of consumer awareness about organic product consumption (26%). Moreover, 18% of the farmers argued the need for better organization of groups for collective marketing and 16% of producers indicated the need for expansion of marketing channels to improve the commercialization in Mato Grosso do Sul. Considering the need for greater awareness of the population about the consumption of organic products, farmers emphasized the importance of continuous marketing in the media in regard to the benefits of organic foods (62%), as well as lectures to various segments of society about the importance of organic products (19%). According to the data, there are many evident problems which need to be overcome in regard to the marketing of organic and family farming in Mato Grosso do Sul. Thus, emergency measures for supporting and providing technical assistance to these farmers can help to change this situation that persists, threatening even the prosperity of the farmers in these activities.

Keywords: sustainability, organic farming, agro-ecology, family farmers, social organization, the organic market.

Lista de Tabelas

Capítulo I

Tabela 1. Agricultores familiares de Mato Grosso do Sul partícipes da pesquisa entrevistados nos anos de 2012 e 2013, e os respectivos municípios de origem..... 25

Tabela 2. Faixa etária e escolaridade de membros de famílias de agricultores familiares envolvidos na produção orgânica em Mato Grosso do Sul em 2013..... 27

Tabela 3. Fatores que motivaram o interesse de agricultores familiares de Mato Grosso do Sul a aderirem à produção orgânica..... 29

Capítulo II

Tabela 1. Agricultores familiares de Mato Grosso do Sul partícipes da pesquisa entrevistados nos anos de 2012 e 2013, e os respectivos municípios de origem..... 56

Tabela 2. Dificuldades na comercialização de produtos orgânicos entre os produtores orgânicos familiares de Mato Grosso do Sul..... 64

Lista de Figuras

Capítulo I

Figura 1. Mapa do estado do Mato Grosso do Sul.....	23
Figura 2. Período em que os agricultores de base familiar praticam a agricultura orgânica em Mato Grosso do Sul.....	30
Figura 3. Tamanho das áreas destinadas ao cultivo orgânico no âmbito da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul.....	33
Figura 4. Principais produtos produzidos nas propriedades conduzidas sob o manejo orgânico no âmbito da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul.....	34
Figura 5. Comparativo do custo de produção do sistema de produção orgânica em relação ao convencional, segundo a ótica dos agricultores no âmbito da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul, em 2013	35
Figura 6. Dificuldades na produção orgânica destacadas por agricultores familiares em Mato Grosso do Sul.....	41
Figura 7. Medidas a serem adotadas para o fortalecimento da produção orgânica, segundo a ótica dos agricultores de base familiar em Mato Grosso do Sul.....	43

Capítulo II

Figura 1. Mapa do estado do Mato Grosso do Sul.....	54
Figura 2. Índice de produtores orgânicos de base familiar que agregam valor aos produtos (colunas em preto), e as principais necessidades para melhorar os processos de agregação de valor à produção (colunas em cinza) em Mato Grosso do Sul.....	57
Figura 3. Situação dos produtores orgânicos de base familiar quanto à certificação em Mato Grosso do Sul, em 2013.....	60
Figura 4. Destinação/formas de comercialização da produção orgânica oriunda da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul.....	61
Figura 5. Medidas necessárias ao fortalecimento da comercialização de produtos orgânicos no Mato Grosso do Sul, segundo a ótica dos produtores de base familiar.....	65
Figura 6. Medidas necessárias para promover a conscientização da população para o maior consumo de alimentos orgânicos em Mato Grosso do Sul, de acordo com a percepção dos produtores.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABIO** - Associação de Produtores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro
- AGRAER** - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
- APOMS** - Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul
- ASSOL** - Associação de Produtores Rurais em Economia Solidária do Assentamento Santa Mônica
- ATER** - Assistência Técnica e Extensão Rural
- COOPAOLGA** - Cooperativa do Assentamento Santa Olga
- COOPERNATU** - Cooperativa dos Produtores de Orgânicos e Agroecológicos do estado de Mato Grosso do Sul
- CEPOrg-MS** - Comissão Estadual da Produção Orgânica em Mato Grosso do Sul
- CPT** - Comissão Pastoral da Terra
- EFA** - Escola Família Agrícola
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- MAPA** – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- ORGANOCOOP** - Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Agricultura Familiar de Campo Grande - MS
- ORGANOVALE** - grupo de produtores orgânicos de Ivinhema
- PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos
- PLANAPO** - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
- PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PNATER** - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
- PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- PRONATER** - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
- SEBRAE** - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- SPG** – Sistema Participativo de Garantia
- SPSS** - Statistical Package for the Social Sciences
- UEMS** – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL.....	17
Capítulo 1 - Produção orgânica no âmbito da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul	20
Resumo	20
Abstract	20
Introdução	21
Metodologia	23
Resultados e discussão	26
Conclusões	45
Referências	46
Capítulo 2 - Agregação de valor, certificação, comercialização e consumo de produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul.....	51
Resumo	51
Abstract	51
Introdução	52
Metodologia	53
Resultados e discussão	57
Conclusões	69
Referências	70
CONCLUSÃO GERAL	74
SUGESTÕES/RECOMENDAÇÕES	75
APÊNDICE A – FOTOS	76
APÊNDICE B – ROTEIRO DA PESQUISA	79

INTRODUÇÃO GERAL

A busca por uma agricultura sustentável, que não prejudique o meio ambiente, economia, saúde e a sociedade como um todo, precisa ser cada vez mais discutida e pensada como uma importante estratégia de produção, cuja plena adesão pode contribuir para a promoção da segurança alimentar.

Entretanto, com o avanço da modernização agrícola, um modelo de agricultura consolidou-se no Brasil e no mundo. A agricultura moderna tem priorizado técnicas visando aumentar a produção, muitas vezes insustentáveis, além de ampliar as fronteiras agrícolas mediante uma dinâmica capitalista centralizadora, tornando-se um modelo de produção cada vez mais dominante no meio rural em suas diferentes escalas.

Paralelamente ao modelo agrícola industrial, algumas iniciativas que visam adotar práticas e processos agropecuários com maiores possibilidades de contribuir para a sustentabilidade vêm se destacando neste cenário. A agricultura orgânica e, como parte deste processo, a adoção de princípios agroecológicos, mostram-se eficientes e pertinentes na busca de uma agricultura sustentável. Nestas condições, a produção agrícola é obtida com o uso predominante de recursos endógenos, os quais proporcionam baixos impactos ambientais e reduzido custo energético, além de contar com tecnologias locais desenvolvidas a partir de adaptações e arranjos evolutivos únicos e diversificados (ALTIERI, 1989; GLIESSMAN, 1998).

Entretanto, utilizar o uso de práticas mais intensivas no manejo em bases agroecológicas, em alguns casos, pode demandar maior mão-de-obra e disponibilidade do produtor, o que contribui para que a maioria dessas experiências seja desenvolvida em pequenas propriedades. De acordo com Terrazzan e Valarini (2009), cerca de 70% dos alimentos orgânicos produzidos no Brasil é proveniente da agricultura familiar.

Contudo, por mais que a adoção de práticas de base agroecológica seja importante para a construção do desenvolvimento rural sustentável, além de existir algumas políticas de apoio ao fomento a essas práticas para a agricultura familiar, ainda existe baixa adesão a este processo, uma vez que apenas 1,8% dos estabelecimentos rurais no Brasil (IBGE, 2006), utilizam os princípios agroecológicos na produção.

No estado de Mato Grosso do Sul, as primeiras iniciativas de produção de base agroecológica surgiram em meados do ano de 2000, com a formação da Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul – APOMS, a qual foi idealizada a partir da organização de um grupo de produtores de café na região de Glória de Dourados (LIJERÓN,

2006). Desde então, a associação tem desenvolvido um importante trabalho de organização e estímulo à produção orgânica, em especial a criação de Núcleos Regionais de Agroecologia em diferentes regiões do estado, cuja junção destes núcleos forma a Rede de Agroecologia MS (PADOVAN et al., 2009).

Posteriormente, criou-se o Núcleo de Agroecologia de Mato Grosso do Sul, em 2001, o qual surgiu em um grupo de discussão e articulação composto por técnicos, pesquisadores, extensionistas rurais e agricultores familiares pertencentes a diferentes instituições e organizações, que priorizou suas ações voltadas às principais demandas da agricultura familiar (KOMORI et al., 2007; URCHEI, et al., 2009). A Embrapa Agropecuária Oeste, por sua vez, passou também a intensificar suas ações em prol da agricultura familiar, sobretudo na elaboração de diversos projetos de pesquisa e desenvolvimento direcionados ao atendimento das demandas prioritárias deste segmento, bem como no envolvimento em arranjos interinstitucionais a fim de obter participação ativa no processo de avanço da agroecologia no estado (PADOVAN et al., 2009).

A articulação entre associações de agricultores, entidades públicas, movimentos sociais, bem como a sociedade civil organizada, possibilitou a implantação de pólos agroecológicos como estratégia principal para o fortalecimento da agricultura familiar no estado de Mato Grosso do Sul (PADOVAN et al., 2009). Os autores também abordam que além da articulação existente entre as diversas entidades e atores, a criação desses polos regionais permitiu a inclusão e envolvimento dos agricultores no processo de aprendizado e compartilhamento de tecnologias voltadas para o desenvolvimento sustentável de sua região. No entanto, a predominância do modelo agrícola industrial tem se apresentado como uma grande limitação à construção de alternativas mais sustentáveis no meio rural, sendo de fundamental importância a participação ativa dos agricultores familiares, em conjunto com os demais atores comprometidos com esse processo visando à consolidação e fortalecimento da agroecologia (URCHEI et al., 2009).

Ainda que no estado de Mato Grosso do Sul tenha ocorrido diversas iniciativas de estímulo ao desenvolvimento da agricultura orgânica envolvendo agricultores familiares, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), por meio do Censo Agropecuário, identificaram a presença de apenas 1,2% de unidades de produção no estado que utilizavam o manejo orgânico nas áreas, sendo que destes, somente 4% possuíam a certificação orgânica. Todavia, dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2012) indicaram a presença de 11.904 estabelecimentos controlados no país, sendo que 321 (ou 2,7%) dessas unidades produtoras situam-se no estado de Mato Grosso do Sul.

Diante disso, constatou-se a demanda por pesquisas voltadas a identificar as condições atuais dos agricultores familiares de base agroecológica no estado de Mato Grosso do Sul, de forma que se conheçam as dificuldades e/ou necessidades existentes na sua produção e comercialização, sobretudo, por conta da ausência de estudos que esclareçam a realidade desses atores.

Nesse contexto, desenvolveu-se um estudo envolvendo agricultores que manejam seus agroecossistemas em bases agroecológicas. A partir da obtenção dos resultados, optou-se por compor a dissertação em dois capítulos, conforme apresentado a seguir:

- 1º) Produção orgânica no âmbito da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul;
- 2º) Agregação de valor, certificação, comercialização e consumo de produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- GLIESSMAN, S. **Agroecology**: ecological process in sustainable agriculture. Ann Arbor: Ann Arbor Press, 1998.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Brasília: 2006. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>> Acesso em: 20 jun. 2012.
- KOMORI, O. M.; PADOVAN, M. P.; RANGEL, M. A. S.; LEONEL, L. A. K. Núcleo de Agroecologia de Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, p. 1746-1749, 2007.
- LIJERÓN, E. A. **Produção orgânica em Mato Grosso do Sul**: uma investigação sobre a APOMS. 2006. 133 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2006.
- TERRAZZAN, P.; VALARINI, P. J. Situação do mercado de produtos orgânicos e as formas de comercialização no Brasil. **Informações Econômicas**, v. 39, n. 11. 2009.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Produtos orgânicos mais representativos de cada Unidade da Federação, 2012**. Folder - Produto Orgânico. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/orgnicos/publicacoes>>. Acesso em: 13 dez. 2013.
- PADOVAN, M. P.; MOTTA, I. S.; URCHEI, M. A.; HERNANI, L. C.; CARVALHO, K. N. de C.; SAGRILO, E.; ARMANDO, M. S.; RANGEL, M. A. S. A pesquisa e desenvolvimento sob enfoque agroecológico na Embrapa Agropecuária Oeste: um processo em construção. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, p. 2144-2148, 2009.
- URCHEI, M. A.; PADOVAN, M. P.; LEONEL, L. A. K.; KOMORI, O. M.; SAGRILO, E.; MOTTA, I. S.; SOUSA, M. T.; PASCHOALICK, H. N. S. Implantação de pólos agroecológicos para o desenvolvimento territorial da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul, Brasil: dificuldades e avanços. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, p. 2879-2882, 2009.

CAPÍTULO 1

Produção orgânica no âmbito da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul

RESUMO

Com este trabalho objetivou-se conhecer e analisar aspectos inerentes à produção de alimentos sob bases agroecológicas no âmbito da agricultura familiar no estado de Mato Grosso do Sul, de modo a caracterizar o perfil dos produtores e o atual cenário da produção orgânica no estado e identificar as dificuldades deste segmento, bem como os possíveis meios e/ou ações que amenizem ou solucionem essas dificuldades, segundo a percepção dos agricultores. Para tanto, o estudo foi desenvolvido no período de 2012 a 2013 com 101 produtores orgânicos de 22 municípios de Mato Grosso do Sul, utilizando-se a metodologia de amostragem *snowball sampling* para descobrir os possíveis informantes-chave. Posteriormente foi realizada entrevista por meio de um roteiro semiestruturado junto a cada produtor identificado. Os resultados mostram que a maioria dos produtores orgânicos de base familiar de Mato Grosso do Sul tem idade entre 40 a 60 anos, os quais possuem baixo nível de escolaridade, e que 70% deles já atuaram na agricultura convencional anteriormente. As principais dificuldades mencionadas foram: a falta de recursos financeiros para investimento (32%) e dificuldade no controle de pragas e doenças (29%). No entanto, 30% dos produtores indicaram a necessidade do fortalecimento da união entre eles e 29% reivindicaram assistência técnica de qualidade e em quantidade necessária, como meios para solucionar grande parte das dificuldades enfrentadas. Assim, verifica-se que maior efetividade de políticas públicas para este segmento pode gerar benefícios aos produtores, bem como mudanças positivas neste cenário.

Palavras-chave: sustentabilidade, produção de alimentos, políticas públicas.

ABSTRACT

This work aimed to understand and analyze aspects related to food production under an agro-ecological basis in the context of family farming in the Mato Grosso do Sul state, in order to characterize the profile of the producers and the current scenario of organic production and to identify difficulties in this segment as well as possible means and / or actions to mitigate or solve these difficulties, as perceived by farmers. Thus, the study was conducted in the period of 2012-2013 with 101 organic farmers in 22 municipalities of Mato Grosso do Sul, using the snowball sampling methodology to discover possible key informants. Subsequent interviews were conducted through a semi-structured questionnaire with open and closed questions. The results showed that the majority of organic farmers of Mato Grosso do Sul ranged from 40 to 60 years old, having a low level of education. Moreover, 70% of them had previously worked in conventional agriculture. The main difficulties mentioned are the lack of financial support for investments (32%) and difficulties in pest and disease control (29%). However, 30% of farmers indicated the need for partnerships among farmers and 29% claimed qualified, regular technical assistance would solve most of the established difficulties. Hence, it seems that greater effectiveness of public policies for organic agricultural can generate benefits to farmers as well as positive changes in this scenario.

Keywords: sustainability, food production, public politics.

INTRODUÇÃO

Após a disseminação da agricultura industrial a partir da década de 1960, a agricultura tradicional teve sua lógica modificada (CHALUB-MARTINS; SANTOS, 2010). A partir deste período, fixou-se um modelo de agricultura predominante, de forma que crescentes mudanças efetivaram-se no campo, trazendo à tona um modelo de produção extremamente capitalista, no qual pouco se considera as práticas ecológicas de produção, gerando diversos impactos ambientais e também socioeconômicos (CHALUB-MARTINS; SANTOS, 2010; GUIMARÃES; MESQUITA, 2010; GAVIOLI; COSTA, 2011).

Em vista dos diversos problemas socioambientais gerados por este modelo de agricultura adotado pelo Brasil, fortalece-se entre meados de 1980 a 1990 a preocupação ambiental. Insere-se nesse contexto a ideia da sustentabilidade e a defesa da agricultura familiar como segmento social fundamental na construção do desenvolvimento do meio rural (GAVIOLI; COSTA, 2011). Sendo assim, a agricultura orgânica emerge como uma alternativa alinhada aos princípios sustentáveis de produção, pois visa à produção ecológica de alimentos, sendo também economicamente viável e socialmente justa (SANTOS; MONTEIRO, 2004).

Baseada em princípios agroecológicos, Barros e Silva (2010) enfatizam que a agricultura orgânica, é caracterizada pela restauração da fertilidade do solo por meio de processos biológicos, procurando promover a saúde dos seres humanos e o equilíbrio ambiental sem a utilização de agroquímicos.

Contudo, por mais que a agricultura orgânica privilegia métodos de produção mais sustentáveis a representatividade da produção orgânica no Brasil ainda é baixa. Os números apresentados no último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006) mostraram a existência de 90.425 mil estabelecimentos com agricultura orgânica no país, o que corresponde a apenas 1,8% de todos os estabelecimentos identificados. No entanto, a agricultura familiar tem se destacado nesta atividade, sendo responsável por cerca de 70% da produção orgânica no país (ROGATTO, 2013).

Diante da baixa representatividade da agricultura orgânica no país, Rossetti e De Bem (2007) elencam alguns elementos que dificultam o avanço deste segmento no Brasil, tais como: baixo conhecimento científico e tecnologias em sistemas de cultivo agroecológico entre produtores e profissionais, limitação de mão-de-obra no meio rural, falta de máquinas e equipamentos apropriados, carência de pesquisas e programas governamentais para alavancá-las, falta de apoio governamental em reconhecer que há outras formas de produção diferente das convencionais, o que dificulta o desenvolvimento e a inserção da agroecologia em nível

macro, assim como a situação financeira do agricultor e sua necessidade imediata de obtenção de renda, entre outros.

No estado de Mato Grosso do Sul, é possível identificar dinâmicas de duas naturezas na promoção da agroecologia. Uma delas é por meio de ações governamentais e outra gerada pela sociedade civil por meio de organizações de agricultores e de movimentos sociais, que trouxeram relevantes contribuições para o desenvolvimento da agroecologia no estado (PADOVAN et al., 2005).

Destaca-se também neste processo, o empenho de diversos agricultores no estado, que por meio de associações e apoio de diversas entidades de pesquisa, extensão rural, organizações não governamentais, entre outras, buscam organizar-se em pequenos núcleos regionais. Estas iniciativas, constituídas sob a necessidade de criação de formas diferenciadas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), formam um importante ambiente propício à construção e socialização do conhecimento de forma participativa entre os integrantes de cada núcleo, maior proximidade entre técnicos e produtores, maior interação entre os agricultores do núcleo, dentre outros (PEDROSA; KOMORI, 2010).

Dentre os avanços conquistados pelas diversas iniciativas, destaca-se a constituição de uma Rede Certificadora Participativa, a qual visa estruturar sistemas próprios de certificação de processos e produtos orgânicos em Mato Grosso do Sul, de forma dinâmica, e a custos acessíveis aos produtores familiares (KOMORI et al, 2007).

A criação de Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), as quais atuam na formação e capacitação de jovens, filhos de agricultores familiares e indígenas, assim como a criação do Curso Superior Tecnológico em Agroecologia, oferecido pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), no campus de Glória de Dourados, representam importantes iniciativas que proporcionam maior capacitação, bem como maior possibilidade de fixação do jovem no campo (RAMOS, 2008; ANDRADE et al., 2010).

Entretanto, em meio aos desafios inerentes à superação de processos burocráticos, como a falta de recursos (KOMORI et al., 2012), baixa disponibilidade de mão-de-obra e falta de conhecimento mais profundo do corpo docente sobre a agroecologia nas instituições de ensino (RAMOS et al., 2008), além das dificuldades existentes entre as famílias em superar os desafios da conversão agroecológica e participar das reuniões dos núcleos (NEVES et al., 2008), fazem com que tais iniciativas não avancem satisfatoriamente.

Portanto, verifica-se que há iniciativas de produção orgânica em diversas regiões do estado de Mato Grosso do Sul, porém pouco se conhece a realidade cotidiana dos agricultores envolvidos. Nesse contexto, desenvolveu-se este estudo com o objetivo de conhecer e analisar

aspectos inerentes à produção de alimentos sob bases agroecológicas no âmbito da agricultura familiar no estado de Mato Grosso do Sul. Especificamente, pretendeu-se caracterizar o perfil dos agricultores e o atual cenário da produção orgânica no estado e identificar as dificuldades do setor, bem como os possíveis meios e ações que amenizem ou solucionem essas dificuldades, segundo a percepção dos agricultores.

METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido no estado de Mato Grosso do Sul (Figura 1), localizado na região Centro-Oeste do Brasil, o qual possui área territorial de 357.145,836 km² e população de 2.449.024 habitantes, com densidade demográfica de 6,86 hab. Km² (IBGE, 2014).



Figura 1. Mapa do estado do Mato Grosso do Sul.

Fonte: Guimarães, Turetta e Coutinho (2010, p. 316).

A malha municipal é composta por 78 municípios, destacando-se os mais populosos, respectivamente: Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas e Ponta Porã, tendo a cidade de Campo Grande como capital. A vegetação nativa se caracteriza em Cerrado a Leste, Pantanal a Oeste e floresta tropical a Sul. O clima no estado caracteriza-se como tropical, tendo a agricultura e pecuária as principais fontes econômicas (MATO GROSSO DO SUL, 2014).

Como delimitação do universo pesquisado, optou-se por investigar apenas agricultores de base familiar, sobretudo devido sua maior abrangência. A Lei Federal nº 11.326, de 24 de junho de 2006, considera agricultor ou empreendedor familiar rural aquele que desenvolve atividades no meio rural, em que a área não exceda a quatro módulos fiscais, a mão-de-obra utilizada seja oriunda da própria família e a renda familiar seja originada dessas atividades (BRASIL, 2014a).

Para calcular a amostra foi utilizada a fórmula de amostragem sistemática descrita por Barbetta (1994), a qual descreve a continuação:

$$no = \frac{1}{Eo^2} \qquad n = \frac{N \cdot no}{N + no}$$

Onde: N – tamanho (número de elementos) da população

n – tamanho (número de elementos) da amostra

no – uma primeira aproximação do tamanho da amostra

Eo^2 - erro amostral tolerável

Na realização do cálculo foi considerada uma população de 321 agricultores (MAPA, 2012) que manejam suas propriedades sob bases agroecológicas em Mato Grosso do Sul. O cálculo estatístico foi realizado com base em um erro amostral de 8,2%, constituindo-se em uma amostra de 101 produtores orgânicos.

Para identificar os agricultores que manejam suas unidades de produção seguindo princípios agroecológicos, foi utilizada a metodologia de amostragem *snowball sampling* (BAYLEY, 1994), para descobrir os possíveis informantes-chave. Esses informantes foram representados pela associação de produtores orgânicos; organizações não governamentais; movimentos sociais; Sebrae; instituições públicas de pesquisa, ensino e extensão rural; outras organizações de agricultores (sindicatos, associações de comunidades rurais e cooperativas), Escolas Famílias Agrícolas, prefeituras municipais e agricultores.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com roteiro semiestruturado contendo questões abertas e fechadas (Apêndice B), as quais foram realizadas junto a cada agricultor orgânico de base familiar identificado. Foram realizadas entrevistas durante o IV Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul, bem como na 9ª Feira das Sementes Nativas Crioulas de Juti, cujos eventos possibilitaram a abordagem de produtores de diversas regiões do estado.

Paralelamente aos eventos, foram realizadas visitas em busca de experiências agroecológicas no Assentamento Itamarati no município de Ponta Porã, Dourados, Bonito, Bodoquena e Campo Grande (parte destes oriundos de municípios circunvizinhos).

Com intuito de potencializar a pesquisa, também foi estabelecido arranjo com alguns profissionais da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de MS (AGRAER), bem como com alunos do curso de Especialização em Residência Agrária: Agroecologia, Produção e Extensão Rural, da Universidade Federal da Grande Dourados, que participaram na identificação de agricultores orgânicos, além de fazerem entrevistas daqueles situados em seus municípios de origem, aumentando a capacidade operacional para a realização da pesquisa, uma vez que são oriundos de diversas regiões do estado de MS.

A partir dos esforços empreendidos e arranjos estabelecidos, o estudo foi realizado entre o período de outubro de 2012 a novembro de 2013 envolvendo 101 produtores que manejam suas propriedades de acordo com princípios agroecológicos, oriundos de 22 municípios, conforme destaca a Tabela 1.

Tabela 1. Agricultores familiares de Mato Grosso do Sul partícipes da pesquisa entrevistados nos anos de 2012 e 2013, e os respectivos municípios de origem.

Município	Nº de produtores entrevistados
Ponta Porã	19
Bonito	11
Dourados	9
Bodoquena	8
Campo Grande	8
Terenos	7
Corumbá	6
Itaquiraí	6
Ivinhema	6
Nova Andradina	5
Amambai	2
Ladário	2
Nova Alvorada do Sul	2
Rio Brilhante	2
Bandeirantes	1
Glória de Dourados	1
Itaporã	1
Jaraguari	1
Mundo Novo	1
Novo Horizonte do Sul	1
Três Lagoas	1
Juti	1
Total	101

A pesquisa caracteriza-se como estudo exploratório, com utilização do método misto (método qualitativo e quantitativo). Conforme Gil (2009), as pesquisas exploratórias visam desenvolver familiaridade com o problema, explicitando-o e tendo planejamento flexível.

Para Creswell (2010), os métodos de pesquisa quantitativos – são predeterminados, utilizando-se questões baseadas no instrumento, dados de desempenho, dados de atitudes observacionais e de censo e interpretação estatística; já os métodos qualitativos são emergentes, nos quais se adotam perguntas abertas, dados de entrevistas, de observação, de documentos e audiovisuais, análise de texto e imagem e interpretação de temas e de padrões. O autor enfatiza que os métodos mistos adotam procedimentos predeterminados e emergentes, utilizando-se questões abertas e fechadas, formas múltiplas de dados baseados em todas as possibilidades, análise estatística e de texto, bem como por meio de interpretação dos bancos de dados.

Após a aplicação do instrumento de coleta de dados, as informações foram submetidas às etapas de seleção, codificação, tabulação e processamento eletrônico utilizando-se o software *Statistical Package for the Social Sciences – SPSS* (MARTINEZ; FERREIRA, 2007). A análise e a interpretação dos dados coletados foram realizadas conforme o método descritivo, sendo também utilizadas técnicas de análise tabular e gráfica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a pesquisa foram identificadas 205 pessoas que atuavam diretamente com a produção orgânica nas 101 unidades de produção. Conforme demonstrado na Tabela 2, grande parte dessas pessoas possui baixo nível de escolaridade, entre os quais 3,9% são analfabetos e 52,68% não concluíram o Ensino Fundamental. Já aqueles que concluíram o ensino superior totalizam 9,76%. O baixo nível de escolaridade é uma realidade bastante presente no meio rural, em especial quando se trata de agricultores familiares. Conforme estudos de Mazzoleni e Nogueira (2006), Silva e Costa (2012), Silva e Mendes (2012), os índices de produtores familiares que não concluíram o Ensino Fundamental ultrapassaram 50%. Em virtude da baixa escolaridade, os agricultores tendem a ter mais dificuldades no acesso à informação, assim como na busca por alternativas e inovações no processo produtivo. Segundo Andrade, Souza e Silva (2013), essa condição restringe o acesso ao conhecimento, que por sua vez diminui a capacidade de resiliência dos agricultores.

Tabela 2. Faixa etária e escolaridade de membros de famílias de agricultores familiares envolvidos na produção orgânica em Mato Grosso do Sul em 2013.

Faixa etária (anos)	Escolaridade							Total (%)
	Analfab. (%)	Ensino Fund. Incomp. (%)	Ensino Fund. completo (%)	Ensino Médio Incomp. (%)	Ensino Médio Completo (%)	Ensino Superior Incomp. (%)	Ensino Superior Completo (%)	
0 a 10	-	-	-	-	-	-	-	-
11 a 20	-	2,93	0,49	2,93	2,44	-	-	8,78
21 a 30	-	1,95	-	0,49	3,90	0,98	1,95	9,27
31 a 40	0,49	10,24	0,98	0,49	3,41	0,49	0,98	17,07
41 a 50	1,46	14,63	2,93	3,90	3,90	0,98	3,41	31,22
51 a 60	0,98	17,56	0,49	0,98	1,46	1,46	2,44	25,37
Mais de 60	0,98	5,37	-	-	0,49	0,49	0,98	8,29
Total (%)	3,90	52,68	4,88	8,78	15,61	4,39	9,76	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Frisa-se, também, que a maioria das pessoas envolvidas no processo produtivo possui certa maturidade, já que mais de 60% dos agricultores têm idade superior a 40 anos. Assim, os agricultores de 41 a 50 anos representam 31,22%, e aqueles com idade entre 51 a 60 anos, somam 25,37% da população, enquanto apenas 18% têm idade até 30 anos. Em análise semelhante realizada por Storch et al. (2004), na região Sul do Rio Grande do Sul, constatou-se que 65% dos produtores agroecológicos tinham mais de 35 anos. Vásquez, Barros e Silva (2008), em estudo realizado em Cajazeiras-PB, constataram idade média de 53 anos entre os produtores orgânicos analisados.

A baixa atuação do jovem no processo produtivo demonstra o desinteresse da juventude pela atividade agrícola (STORCH et al., 2004). Essa realidade remete a um dado alarmante, visto a necessidade do processo de sucessão no campo, bem como o maior apoio à permanência do jovem no meio rural para que esta realidade possa ser revertida.

Dentre os agricultores entrevistados, 49% declararam-se como orgânicos, sendo que para 8% essa condição é atribuída principalmente por possuírem a certificação orgânica da produção. Os demais indicaram essa condição por não utilizarem insumos químicos nos cultivos ou que respeitam todas as práticas preconizadas na produção orgânica. No entanto, entre os 51% dos agricultores que se consideram em transição, 32% mencionaram a grande dificuldade de utilizar integralmente todas as práticas de base agroecológica.

Um dos maiores problemas, segundo os agricultores, seria a dificuldade de acesso aos insumos orgânicos, sendo que alguns precisam buscar determinados produtos fora de suas

propriedades ou acabam substituindo por insumos químicos. Para 7% desses agricultores, a falta da certificação é o único motivo pelo qual não se consideram produtores orgânicos; já o restante dos agricultores mencionou a proximidade de cultivos convencionais em suas áreas e a falta de conhecimento técnico do manejo orgânico como os principais fatores por estarem ainda em fase de transição agroecológica.

Pelo menos 70% dos agricultores entrevistados já produziram alimentos utilizando o modelo de agricultura convencional. No entanto, esses são os que atribuíram maiores dificuldades na transição agroecológica, devido à necessidade de mudanças no manejo, que nem sempre tem o acompanhamento necessário por agentes técnicos. Neste sentido, Khatounian (2001) argumenta que a fase de conversão costuma ser mais difícil se estiver focada apenas em atender as normas da produção orgânica, restringindo-se a constituir sistemas caracterizados pela substituição de insumos proibidos por insumos tolerados. Assim, torna-se estratégico que os agricultores adotem todos os princípios preconizados pela agroecologia quando se propõem a substituir as práticas convencionais.

Os agricultores que sempre atuaram na agricultura, de acordo com os preceitos agroecológicos em seus agroecossistemas, totalizaram 30%. Para este grupo, essas experiências já eram vivenciadas desde a infância, em que a disponibilidade e autonomia por insumos eram asseguradas pelo próprio ambiente, por meio do uso de adubos, biofertilizantes, ou repelentes de forma natural. O desejo de permanecer seguindo preceitos da agroecologia, assim como promover o resgate da agricultura tradicional, a fim de praticar uma agricultura mais sustentável foi considerado entre estes agricultores como uma necessidade importante.

Ressalta-se que é fundamental que ideais como estes sejam valorizados em nossa sociedade, sobretudo quanto à formação dessa consciência. Nesse sentido, Melo e Cardoso (2011) enfatizam que no campo do ensino, a agroecologia deve ser utilizada de maneira transdisciplinar devido à possibilidade de essa temática permitir a abordagem de diferentes variáveis, como: sociais, econômicas e ambientais.

Um estudo realizado por Flores et al. (2009), que investigou as características sociais de produtores orgânicos da Associação de Produtores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro - ABIO, verificaram que dentre os 156 produtores pesquisados, 82% indicaram alguma experiência com agricultura convencional, 25% já tiveram alguma convivência com agricultura orgânica, sendo apenas 17% sem nenhuma experiência com a agricultura convencional. Deste modo, verifica-se grande parte dos agricultores que atuam hoje na agricultura orgânica já tiveram contato com insumos industrializados e as facilidades que eles podem proporcionar no manejo de agroecossistemas.

Diferentemente do sistema convencional, a agricultura orgânica abrange uma minoria de agricultores e adeptos, que muitas vezes não concordam com o modelo de produção agrícola industrial predominante e seus impactos. Além disso, é também vista como uma prática alternativa na qual o agricultor passa a preparar seus insumos com recursos locais, e estes por sua vez levam maior tempo para estar em condições de uso ou até mesmo realizar o efeito desejado na planta, quando comparado a insumos artificiais. Esse processo que pode significar retorno em longo prazo, não condiz com anseios imediatistas. Assim, verifica-se que quanto menor o contato com métodos convencionais de cultivos, maiores são as possibilidades de conversão agroecológica de cada agricultor.

Com relação aos fatores que motivaram a opção pela agricultura orgânica como modo de produção pelos agricultores, a Tabela 3 demonstra que para 49% dos entrevistados a escolha pelo manejo orgânico é resultado do interesse em consumir alimentos saudáveis, 19% mencionam o interesse pela supressão do uso de agroquímicos devido à existência de casos de contaminação pelo uso de agrotóxicos em experiências anteriores. A redução do custo de produção foi indicada por 17% dos agricultores e 15% destacam o interesse em cultivar e comercializar alimentos mais saudáveis.

Tabela 3. Fatores que motivaram o interesse de agricultores familiares de Mato Grosso do Sul a aderirem à produção orgânica.

Descrição	Percentual
Interesse em consumir alimentos mais saudáveis	49%
Interesse pela supressão do uso de agroquímicos	19%
Redução do custo de produção	17%
Interesse em cultivar e comercializar alimentos mais saudáveis	15%
Influência de terceiros	8%
Melhoria do equilíbrio do ecossistema	7%
Promover a segurança alimentar	6%
Interesse no mercado de produtos orgânicos	5%
Possibilidade de recuperação ambiental	5%
Busca por alternativas de produção mais sustentáveis	4%

Fonte: Dados da pesquisa

Em estudo realizado por Loss e Romagnha (2008), no município de Santa Teresa/ES, constatou-se que o grupo aderiu à agricultura orgânica devido aos benefícios trazidos ao meio ambiente e à saúde. Saquet, Souza e Santos (2010) também constatam em suas análises que consumir alimentos mais saudáveis e livres de agrotóxicos é o principal motivo que levou os agricultores de Itapejara D' Oeste - PR a aderirem à produção orgânica.

Neste sentido, percebe-se o empenho dos agricultores por uma lógica diferente da produção predominante, a qual possibilita benefícios não somente para si, mas também para todo o contexto social e ambiental em que estão inseridos. Para agricultores que possuem o processo agroecológico conscientemente internalizado, entende-se que ganhos financeiros não são os principais objetivos deste processo, mas a consequência deste esforço.

Dentre os demais fatores que motivaram os agricultores a optarem pela produção orgânica ou transição agroecológica, destacam-se: preocupações concernentes à questão ambiental e sustentabilidade, promoção da segurança alimentar, interesse no mercado desses produtos, bem como a inserção no sistema orgânico devido à influência de outras pessoas.

Conforme consta na Figura 2, a maioria dos agricultores entrevistados possui até cinco anos de experiência com manejo orgânico, sendo que 20% dos agricultores estão há 3 anos lidando com estas práticas, 16% disseram atuar há 4 anos e outros 16% atuam há 5 anos. 20% dos agricultores adotam as práticas orgânicas ou de base agroecológica entre 6 a 10 anos e apenas 14% dos demais entrevistados disseram que aderiram à agricultura orgânica há mais de 10 anos. Em levantamento semelhante na região da grande Florianópolis/SC, Altmann e Oltramari (2004) identificaram tempo médio de 4,1 anos de atuação dos agricultores na produção orgânica.

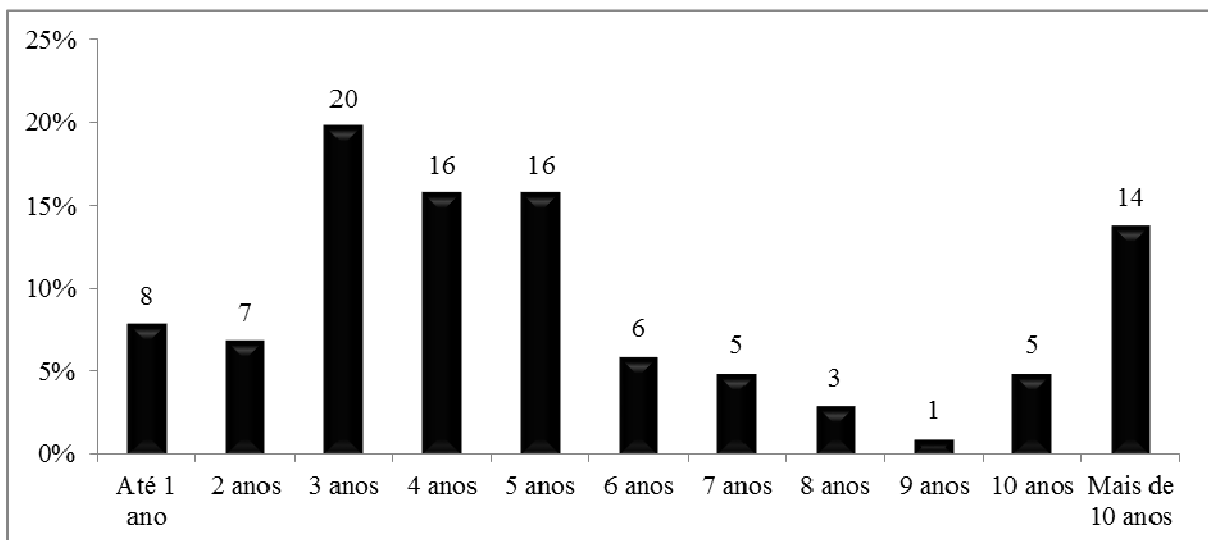


Figura 2. Período em que os agricultores de base familiar praticam a agricultura orgânica em Mato Grosso do Sul.

Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda que no estado de Mato Grosso do Sul, as primeiras iniciativas de apoio à difusão da práticas de base agroecológica tenham ocorrido há pouco mais de 10 anos, assim como o reconhecimento governamental ao emitir os decretos e leis voltados para este

segmento, constata-se pouca representatividade de agricultores que tenham permanecido neste processo durante todo este período. Devido à complexidade de implantação e manutenção de agroecossistemas diversificados em bases agroecológicas, percebe-se resistência por parte de muitos agricultores na adesão, assim como a sua permanência diante as dificuldades existentes entre os agricultores que aderiram à produção orgânica.

De acordo com análises de Bastian e Dal Soglio (2009), apesar de os agricultores familiares serem favoráveis às práticas agroecológicas, as motivações para a transição efetiva encontram-se condicionadas nas inseguranças quanto à viabilidade de produção e comercialização, os quais poderiam comprometer a sobrevivência destas famílias. Assim, os agricultores preferem continuar com a produção convencional a migrar/voltar para a transição agroecológica.

Neste sentido, estudos de Wollni e Andersson (2014) no estado de La Paz em Honduras, verificaram que os agricultores que tiveram acesso a um trabalho de extensão, têm maior probabilidade de adotar a agricultura orgânica. Isso fornece evidência para a existência de repercussões positivas de conhecimento, ou seja, os agricultores se beneficiaram de uma maior disponibilidade de informações em sua localidade, de forma que a troca informal do conhecimento entre os vizinhos passa a ser um fator determinante para o compartilhamento de tecnologias.

Deste modo, torna-se de fundamental importância o fortalecimento de políticas públicas a fim de prover maior apoio e segurança aos produtores, sobretudo para que estes não desistam destas iniciativas o que, conseqüentemente, poderia comprometer o nível de oferta futura de produtos orgânicos, em que apenas consumidores financeiramente e culturalmente privilegiados teriam acesso a este mercado.

Neste sentido, existem algumas linhas de créditos destinados à agricultura familiar vinculado ao Pronaf, com o objetivo de incentivar a transição para um modelo de produção agrícola mais sustentável, tais como o Pronaf Agroecologia, Pronaf Floresta, Pronaf Semiárido e Pronaf Eco.

Segundo Sambuichi e Oliveira (2011), o Pronaf Agroecologia tem por objetivo financiar a implantação e manutenção de sistemas agroecológicos e orgânicos de produção, conforme normas estabelecidas pelo MAPA. O Pronaf Floresta financia a implantação e manutenção de sistemas agroflorestais, manejo florestal e exploração extrativista ecologicamente sustentável, áreas de preservação permanente, reserva legal, dentre outros.

O Pronaf Semiárido financia investimentos em projetos de convivência com o semiárido, focando na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando projetos de

infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas. O Pronaf Eco, por sua vez, financia a implantação, utilização e/ou recuperação de tecnologias para produção de energia renovável, tecnologias ambientais, sistemas de armazenamento hídrico, a adoção de práticas conservacionistas, entre outras (SAMBUICHI; OLIVEIRA, 2011).

Em complemento a essas políticas públicas, para favorecer a transição agroecológica também é essencial a integração com políticas voltadas a assistência técnica, apoio à comercialização dos produtos, melhoria da infraestrutura rural, bem como o desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias mais harmônicas com o meio ambiente (AQUINO, 2009). Em suma, observa-se a necessidade de esforços de vários elementos que compõem esta cadeia, para que ocorram os efeitos desejados pelas políticas públicas, que resultem em reais benefícios aos produtores.

Por meio das análises, foi identificada área total de 1.198,5 ha pertencentes aos produtores, sendo que destas, 25% (ou 296,2 ha) são destinados à produção orgânica. A área média das propriedades é de 12 ha e cerca de 6% dos produtores possuem áreas acima de 30 ha, sendo que a maior área identificada foi de 40 ha.

Mediante os dados obtidos, observou-se que a maioria dos produtores reserva pequenas áreas ao cultivo orgânico. Sobretudo porque, de acordo com as especificidades das diversas culturas, não se torna possível ao produtor e sua família conseguir manejar a totalidade de suas áreas disponíveis na propriedade, forçando-o à limitação da área de plantio.

As áreas de agricultura orgânica no Brasil são normalmente pequenas quando comparadas ao total de áreas cultivadas no país. Contudo, Darolt (2002) enfatiza que o crescimento da demanda anual estimado em 30% pode constituir futuramente, uma participação maior deste setor no mercado de alimentos.

Neste estudo verificou-se que 18% dos produtores utilizam apenas 0,5 ha de sua área para o cultivo orgânico e 33% destinam 1 ha, ou seja 51% dos produtores destinam até 1 ha de suas áreas para o cultivo orgânico (Figura 3). Neste sentido, cabe destacar que a utilização de menores áreas pelos produtores também está vinculada a algumas limitações existentes na agricultura familiar, tais como: falta de crédito compatível com a atividade, maior necessidade de mão-de-obra, carência de assessoria técnica mais presente, entre outros elementos destacados, os quais dificultam a expansão das áreas pelos produtores.

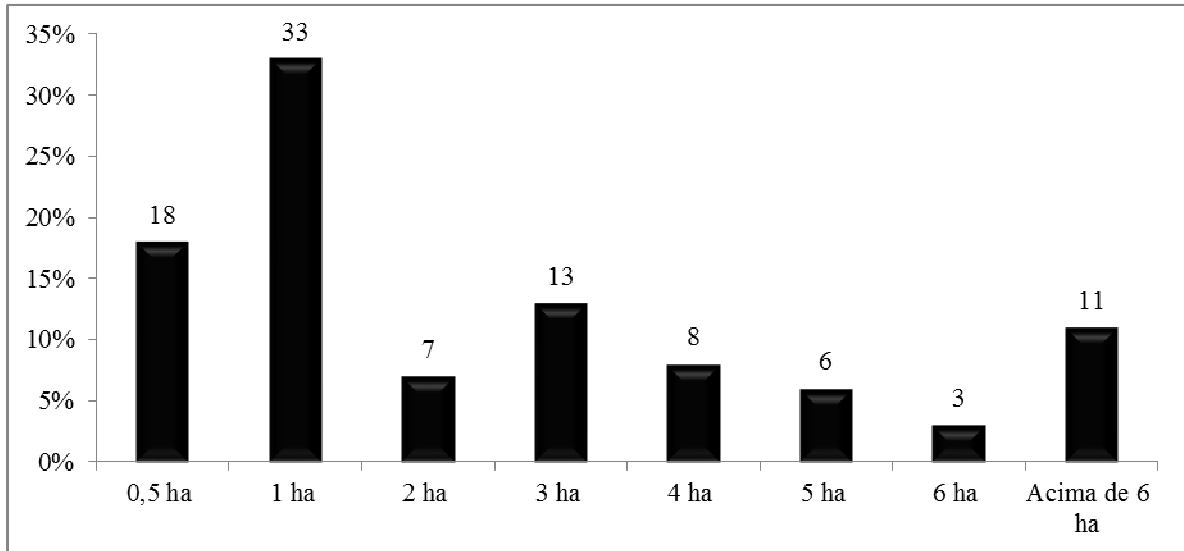


Figura 3. Tamanho das áreas destinadas ao cultivo orgânico no âmbito da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul.

Fonte: Dados da pesquisa.

Em estudo semelhante, Teixeira et al. (2009) destacam que a utilização de pequenas áreas deve-se a diversos fatores. No entanto, a falta de mecanização agrícola adequada à pequena propriedade rural, assim como a existência de dificuldades para sua aquisição e maior mão-de-obra necessária para o manejo das unidades de produção são os principais fatores que limitam a maioria dos produtores a utilizarem áreas maiores.

Neste estudo realizado em Mato Grosso do Sul, os produtores que declararam ocupar maior espaço de suas áreas, possuem o sistema de produção mais diversificado, sendo comuns os quintais agroflorestais compostos por ampla variedade de espécies frutíferas nas unidades de produção. Constatou-se, também, presença de maiores espaços destinados para pastagem e criação de animais, principalmente bovinos.

Neste estudo foi verificada ampla diversidade na produção entre os estabelecimentos visitados. Conforme consta na figura 4, os principais produtos produzidos nas propriedades sob o manejo orgânico em Mato Grosso do Sul são: hortaliças (63%), frutas em geral (47%), milho (35%), mandioca (27%), maracujá (17%), galinha caipira (16%), abóbora (15%), feijão (13%), limão (13%), cana (12%), mel (11%) e café (8%). Este resultado evidencia a diversidade de produtos produzidos pela agricultura familiar, corroborando com dados obtidos por Teixeira et al. (2009) em levantamento realizado em Pelotas-RS junto às famílias ligadas à Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul (Arpasul), no qual apontou as hortaliças, milho, feijão, bem como a mandioca como os principais produtos produzidos.

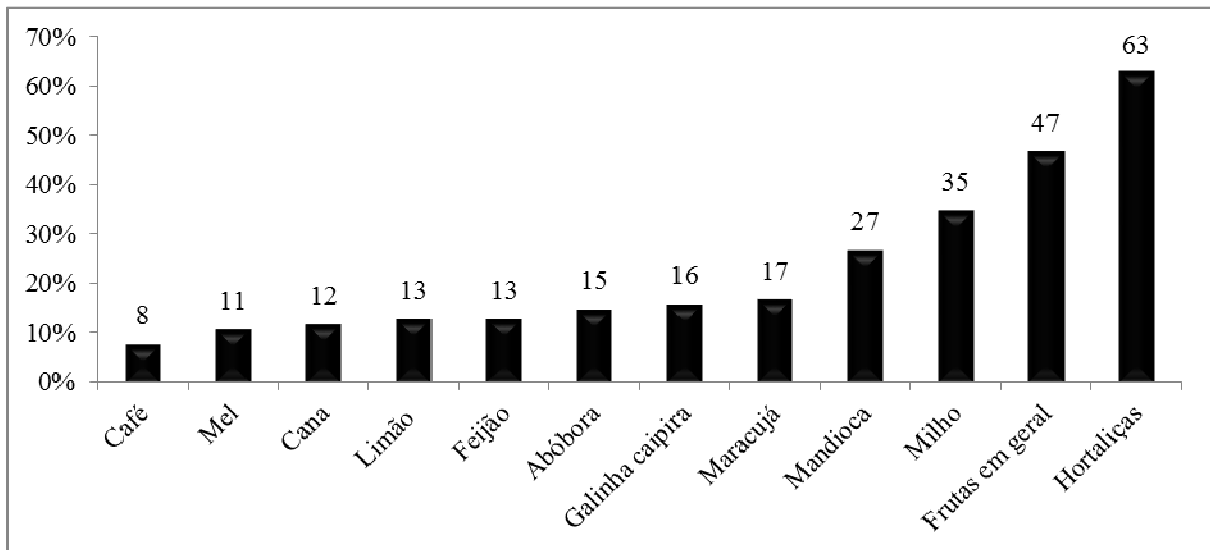


Figura 4. Principais produtos produzidos nas propriedades conduzidas sob manejo orgânico no âmbito da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul.

Fonte: Dados da pesquisa.

Em estudo de Martinez e Peil (2010), envolvendo produtores agroecológicos da Cooperativa Sul Ecológica, com sede em Pelotas-RS, verificou-se que dentre os dez produtos produzidos com maior volume pelos associados, sete deles são produtos classificados como hortaliças. Assim, somam-se a estes, o arroz e o feijão que são alimentos básicos e, ainda, a batata doce, em que, segundo os autores, este produto é característico em pequenas propriedades.

Deste modo, verifica-se que a diversificação da produção além de ser uma postura fundamental para o equilíbrio ecológico, tão importante aos sistemas agrícolas, também é considerada uma estratégia para geração contínua de renda pelos agricultores familiares ao longo do ano, considerando a sazonalidade de produção de cada espécie cultivada. Assim, a diversidade de opções de produção nas unidades de produção diminuem os riscos de frustrações decorrentes de adversidades climáticas, além de possibilitar a oferta de diferentes opções ao mercado consumidor.

Considerando a necessidade do aumento da produção orgânica, 20% dos agricultores familiares afirmaram não ter interesse em aumentar a produção futuramente, especialmente devido à falta de mão-de-obra e indisponibilidade de áreas. Entre os agricultores que demonstraram interesse pelo aumento de produção futura, 53% buscam este incremento devido ao aumento da renda familiar e 40% querem ampliar a produção devido à alta demanda existente no mercado. Os demais agricultores também priorizaram a formação de estoque para posterior comercialização, interesse pela fixação da família no campo,

otimização do uso do solo com implantação de maior diversidade na área, assim como aumento da oferta de produtos orgânicos.

Estudos de Parry et al. (2013) realizados no município de Belém – PA, apontam que a opção pela ampliação das áreas de manejo orgânico ocorreram devido ao aumento da demanda que tem propiciado incremento na renda dos agricultores. Segundo os autores, este aumento obtido tanto na oferta como na renda tem impactado na adoção de novas tecnologias para melhorar a produção, bem como na maior autonomia dos agricultores para montar a infraestrutura em feiras, que somente era possível mediante apoio de entidades públicas. Outro elemento de destaque no aumento da produção orgânica, é a criação dos mercados institucionais para viabilizar as vendas pela agricultura familiar, estimulando a ampliação da produção e melhoria na comercialização em diversas localidades, como em Sergipe, destacado por Chmielewska, Souza e Lourete (2010).

A respeito do custo de produção (Figura 5), constatou-se que para 79% dos agricultores, a utilização da agricultura orgânica torna o processo produtivo mais barato. Os agricultores estimam que a redução de custos varia entre 20% e 80% se comparado à agricultura convencional. Outros estudos realizados em diferentes regiões do país concluem sobre a eficiência econômica da produção orgânica comparando-se à convencional.

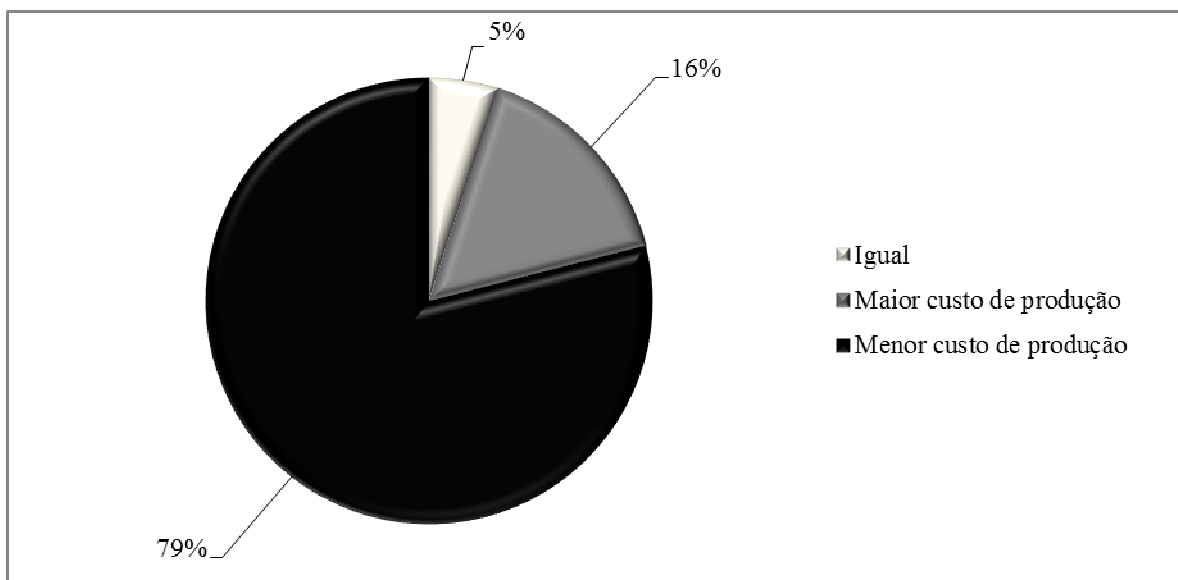


Figura 5. Comparativo do custo de produção do sistema de produção orgânica em relação ao convencional, segundo a ótica dos agricultores no âmbito da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul, em 2013.

Fonte: Dados da pesquisa.

Em um estudo envolvendo a cultura do tomateiro, Luz et al. (2007) constataram que o cultivo orgânico apresentou custo de produção 17,2% menor que o convencional. Donadelli et al. (2012) constataram índice de lucratividade de 60,74% e margem bruta de 154,74% em cultivo orgânico de morango; já no cultivo convencional, o índice de lucratividade de foi 49,46% e a margem bruta de 97,88%. Souza e Garcia (2013) identificaram custo de produção de hortaliças orgânicas de 8% menor que as convencionais, sendo a receita líquida com a maioria das olerícolas cultivadas em sistema orgânico foi superior ao convencional.

Neste estudo realizado em Mato Grosso do Sul, os agricultores salientam que é possível viabilizar a produção orgânica com menor custo em decorrência da utilização de insumos provenientes da unidade de produção (principalmente materiais orgânicos), da preparação de receitas caseiras à base de plantas para controlar pragas e doenças nas lavouras, da produção de sementes na propriedade, o que reduz a necessidade de aquisição de insumos externos.

Os menores custos de produção e os preços mais estáveis dos produtos orgânicos no mercado contribuem para a maior rentabilidade comparando-se aos convencionais, favorecendo aos agricultores à conquista de melhorias na qualidade de vida, o que contribui para a permanência do processo produtivo em harmonia com o meio ambiente. Esse processo também contribui para a capitalização e inserção dos agricultores em uma economia de mercado mais justa (MAZZOLENI; NOGUEIRA, 2006; ALENCAR et al., 2013).

No entanto, o preço dos alimentos orgânicos é considerado um fator limitante para o seu consumo, como constatado em diversos estudos (VILLAS BOAS et al, 2006; DELLA LUCIA et al. 2007; VÁSQUEZ, BARROS, SILVA, 2008). Souza e Alcântara (2003) enfatizam que no mercado de produtos orgânicos não existe um parâmetro definido para o estabelecimento de preços, mas sabe-se que as estratégias de atribuição de preços variam amplamente de acordo com o estabelecimento comercial. Em grandes redes varejistas por exemplo, o sobre-preço cobrado em relação aos produtos convencionais é elevado, enquanto nas feiras de produtos orgânicos esta diferença é reduzida.

Neste sentido, frisa-se alguns elementos que justificam o sobrepreço em produtos orgânicos, como a diferenciação desses alimentos frente aos convencionais ao se tratar de produtos que respeitam todas as normas da produção, legislação trabalhista e ambiental, o que é garantido pela certificação. Outro quesito é o período de conversão da área e a barreira de isolamento para vizinhos (produtores convencionais), bem como a relação existente entre a produtividade e a escala de produção que muitas vezes são menores em cultivos orgânicos em relação aos convencionais (TIVELLI, 2012). Diante destes fatores, verifica-se a necessidade

da compreensão pelos consumidores referente a esta realidade, visto que o sobrepreço pago pelos produtos orgânicos está remunerando a responsabilidade ambiental dos produtores, equidade social das famílias envolvidas e a garantia da aquisição de produtos sem resíduos químicos, o que lhe proporcionará mais saúde, bem-estar e maior qualidade de vida.

No entanto, 16% dos agricultores entrevistados em Mato Grosso do Sul indicaram maior custo na produção orgânica, uma vez que em suas unidades de produção demandam maior mão-de-obra, devido à necessidade de realizar pulverizações e capinas com maior frequência. Santos e Monteiro (2004) também constataram maiores custos de produção na agricultura orgânica devido à demanda de maior mão-de-obra e alguns insumos, bem como devido à produção em baixa escala.

Nesse contexto, o baixo nível de conhecimento das práticas a ser adotadas também torna-se um fator que contribui para aumentar os custos de produção, pois o manejo inadequado na produção orgânica pode resultar em perdas aos agricultores. Freitas (2002) explica que a agricultura orgânica pode reduzir custos e ser tão rentável quanto o sistema convencional ou superior. Porém, é essencial que os agricultores invistam na compreensão das práticas e processos preconizados pela agricultura orgânica para otimizá-los e obter melhores resultados. Por fim, o estudo realizado em Mato Grosso do Sul mostrou que apenas 5% dos agricultores familiares consideram que custo para a produção orgânica é semelhante ao da agricultura convencional.

Deste modo, torna-se evidente que no sistema de produção orgânica as operações manuais e os insumos, além de conhecimento técnico, são elementos diferenciais neste processo. Com isso, frisa-se a importância da adoção das práticas agroecológicas no contexto da agricultura familiar, sobretudo no sentido de potencializar o uso da mão-de-obra familiar e dos recursos endógenos nas unidades de produção, pois assim, a produção orgânica pode alcançar maiores níveis de competitividade, gerando maior rentabilidade aos produtores.

Para que a agricultura familiar possa produzir maior quantidade de alimentos e com melhor qualidade, torna-se indispensável à atuação proativa da assistência técnica neste processo. Deste modo, serviços de assistência técnica e extensão rural quando bem estruturados e fortes, são capazes de transferir as tecnologias geradas pela pesquisa aos agricultores, possibilitando o emprego de novas dinâmicas nas formas de produção, contribuindo na promoção desenvolvimento rural (LOMBA; SILVA; FILOCREAO, 2013).

Assim, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER) vem sendo

aprimorado para estimular e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, tendo como objetivo o fortalecimento da agricultura familiar, visando à melhoria da qualidade de vida das famílias por meio da adoção de uma agricultura de base ecológica, assim como a promoção de ações voltadas a apoiar o cooperativismo e associativismo, além de assessoramento em diversas fases das atividades econômicas, como a gestão de negócios, produção, mercado, entre outras (BRASIL, 2014b).

Diante da importância da assistência técnica no meio rural, sobretudo para pequenas propriedades, o estado de Mato Grosso do Sul conta com a presença da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – Agraer. Essa entidade pública é responsável por diversas atribuições visando apoiar o desenvolvimento rural no estado, principalmente o atendimento aos produtores de base familiar.

No entanto, constatou-se que 45% dos agricultores não recebem assistência técnica. Os agricultores salientam que esta realidade é vivenciada devido à maior atenção dada pelo governo aos segmentos do agronegócio em maior escala em detrimento da agricultura de base familiar, deixando de priorizar investimentos na ATER. Parte dos agricultores também acredita que a falta de profissionais capacitados na área da agroecologia pode ser um dos principais motivos pela ausência da assistência técnica qualificada.

Dentre os agricultores que recebem assistência técnica, 17% indicaram que recebem eventualmente visitas técnicas de agentes da Agraer em suas áreas, mas em muitas vezes, esta assistência não consegue atender todas as demandas dos agricultores; 13% dos agricultores, grupo este estabelecido no Assentamento Itamarati no Município de Ponta Porã, MS, recebem assistência técnica subsidiada pela Congregação das Irmãs de São José. Este grupo de religiosas atua no assentamento, com o objetivo de trabalhar nas comunidades e formar grupos para que os assentados possam se organizar e se fortalecerem, a fim de atrair melhorias às famílias quando os órgãos vinculados à questão agrária não conseguem por si só realizar estas funções.

Os demais agricultores entrevistados indicaram a presença de visitas técnicas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, prefeituras e também de associações e cooperativas às quais fazem parte.

Os agricultores que participam de alguma organização social vinculada à produção orgânica, sejam por meio de cooperativa ou associação, corresponde a 45% do total. Dentre estes agricultores, 56% participam da Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul – APOMS, sediada no município de Glória de Dourados, porém seus associados são agricultores familiares que se dedicam à produção em bases agroecológicas em diversas

regiões do estado. Outra organização de relevante expressão é a Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Agricultura Familiar de Campo Grande - MS – Organocoop, sediada na cidade de Campo Grande – MS.

Dentre as demais organizações acessadas pelos produtores, destacam-se a Cooperativa do assentamento Santa Olga - Coopaolga, Cooperativa dos Produtores Orgânicos e Agroecológicos do estado de Mato Grosso do Sul - Coopernatu, grupo de produtores orgânicos de Ivinhema - Organovale e Associação de Produtores Rurais em Economia Solidária do Assentamento Santa Mônica - Assol. Essa participação, segundo os agricultores, é importante por vários fatores, entre eles a socialização de informações e insumos, o que gera emprego de metodologias de controle social de intercâmbio entre os agricultores, facilitando o aprendizado mútuo com as experiências vividas, viabilização do acesso a políticas públicas, possibilidade de participação em instâncias de deliberação como a Comissão Estadual da Produção Orgânica em Mato Grosso do Sul - CEPOrg-MS, bem como possibilidade de agregação de valor aos produtos e, sobretudo, pela obtenção de assistência técnica, além da formação do capital social entre os cooperados.

No âmbito da agricultura familiar, a criação de associações e cooperativas é abordada pela literatura como uma importante estratégia para apoiar a produção, organização da produção, agregação de valor e comercialização dos produtos, tendo gerado muitos benefícios a estes atores (PIRES, 2003). Para Nazzari et al. (2007), ambientes que preservam valores sociais, assim como forte presença do associativismo, com desempenho institucional eficaz e envolvimento comunitário, podem coligar estilos mais adaptáveis de cooperação e valorização da cultura local, com conseqüente melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas.

Em estudo realizado por Meira e Candiottto (2009), sobre a trajetória de criação e desenvolvimento da Associação de Produtores Agroecológicos de Verê-PR (Apave) e da feira de produtos orgânicos de Francisco Beltrão-PR, bem como suas estratégias da organização, constatou-se que em ambos casos estudados, a integração e organização dos agricultores agroecológicos foram fatores decisivos para impulsionar a produção de base agroecológica. Para os agricultores, a organização coletiva ajuda a superar os problemas e a difundir e consolidar práticas e experiências bem sucedidas em prol da agroecologia.

Assim, percebem-se vantagens significativas aos agricultores que se inserem nesses processos organizacionais, trazendo melhorias para a atividade individual, assim como para todo o grupo, visto a possibilidade do fortalecimento do capital social. Entretanto, os resultados de iniciativas como esta não alcançam aqueles agricultores que preferem atuar de maneira isolada, ou que não se envolvem em algum tipo de associação em sua localidade.

Contudo, embora haja casos bem sucedidos de associativismo e cooperativismo, existem algumas entidades que acabam por não satisfazer os interesses de alguns agricultores, como destacado por Kahwage (2006) referente aos produtores de uma comunidade de Igarapé-Açu/PA. Segundo a autora, devido à má gestão de lideranças da associação local, grande parte dos agricultores familiares não se encontrava satisfeitos com a forma de atuação e com o desempenho dessas pessoas na associação, sendo que uma quantidade expressiva de agricultores nem fazia parte da entidade.

Ainda nessa perspectiva, Sangalli e Schlindwein (2013) também identificaram situação semelhante no Assentamento Lagoa Grande, em Dourados-MS. As autoras constataram queixas de grande parte dos agricultores acerca de atuações inexpressivas da associação ou particularidade das lideranças que estão à frente da entidade. Neste sentido, esta realidade pode interferir na credibilidade dessas instituições junto aos agricultores, podendo levar ao afastamento ou desinteresse desses por tais iniciativas, o que pode resultar em perdas a esses atores. Nesse contexto, cabe destacar a importância da participação ativa dos agricultores nestas organizações, visando, sobretudo, o bem coletivo e o fortalecimento do capital social em meio a algumas condições de deficiências a serem reparadas.

Com relação às principais dificuldades existentes na produção orgânica no estado de Mato Grosso do Sul, os agricultores destacaram a falta de recursos financeiros para investir (32% dos agricultores), controle de pragas e doenças (29%), falta de insumos orgânicos (24%), falta de assistência técnica (18%) e proximidade de monoculturas (deriva de agrotóxicos) (17%), conforme apresentadas na Figura 6.

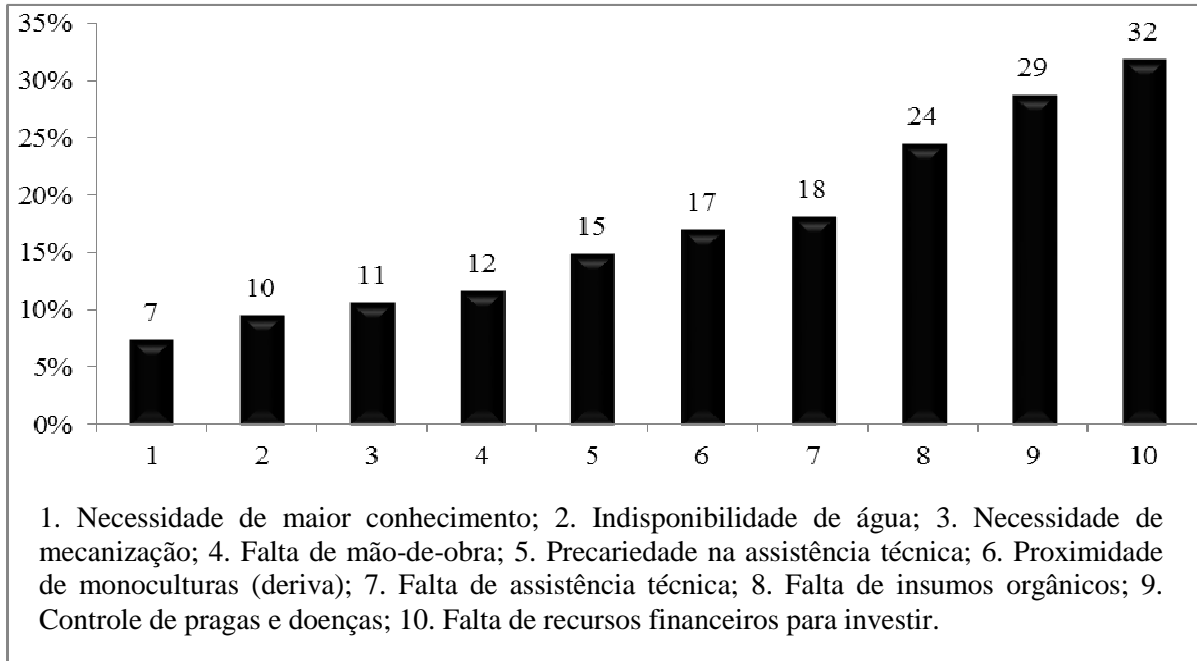


Figura 6. Dificuldades na produção orgânica destacadas por agricultores familiares em Mato Grosso do Sul.

Fonte: Dados da pesquisa.

Aspectos como falta de sementes orgânicas ou crioulas, necessidade por tecnologias específicas para a agricultura familiar, burocracia demasiada para acessar créditos, ausência de incentivos aos agricultores voltados à viabilização de subsídios (insumos orgânicos, aquisição de máquinas e equipamentos para mecanização com juros menores), além da necessidade de maior apoio para os produtores que estão iniciando o processo de conversão, também foram alguns elementos destacados pelos agricultores que dificultam o desenvolvimento da agricultura orgânica no estado.

Para os que indicaram a necessidade de recursos financeiros destinados a melhorias na estrutura produtiva, mencionaram a necessidade de viabilização de créditos especiais voltados para o produtor agroecológico, desconhecendo a existência de políticas como Pronaf Agroecologia ou Pronaf Eco. Para Weid (2006), a restrita demanda por essas modalidades de crédito podem ser atribuídas a fatores como a falta de informação dos agricultores sobre essas oportunidades, bem como a má vontade dos operadores de crédito para acionar sistemas que desconhecem, fazendo com que muitos produtores acionem mecanismos convencionais de financiamento nas atividades agroecológicas.

A falta de assistência técnica ou sua atuação precária no estado configura-se em um gargalo que tem implicado em alguns desdobramentos neste cenário. Deste modo, destaca-se a necessidade de maior informação entre os agricultores acerca das técnicas a ser adotadas, especialmente quanto ao controle eficiente de pragas e doenças. No entanto, também se

admite a falta de pesquisas mediante o amplo conjunto de práticas e processos relativamente complexos quando se trata dos mais diversos agroecossistemas brasileiros. Diante dessa realidade, os agricultores acabam sendo os agentes mais onerados neste processo, ao saber que em muitos casos, sem acesso à informação, buscam gerenciar a produção a partir de tentativas empíricas, que acabam resultando em erros e acertos (CAMPANHOLA; VALARINI, 2001).

Estudos de Augusto e Sachuk (2007), concernentes às dificuldades enfrentadas pela agricultura orgânica no estado do Paraná, revelam fatores como: falta de assistência técnica, escassez de pesquisa e divulgação sobre o assunto, falta de linha de crédito especial, falta de planejamento da produção e de insumos, falta de sementes e mudas orgânicas, além da carência de trabalhadores rurais habilitados. Neste sentido, Altmann e Oltramari (2004) e Finatto e Salamoni (2008), também apontam alguns fatores semelhantes, os quais se referem ao acesso de crédito, insumos, falta de mão-de-obra e necessidade por pesquisas. Em um estudo de Meira e Candioto (2011) envolvendo produtores agroecológicos dos municípios de Verê-PR e Francisco Beltrão-PR, as principais dificuldades identificadas pelos agricultores referem-se ao combate a pragas e o alto custo de insumos orgânicos necessários para este controle.

Diante as dificuldades indicadas pelos agricultores, eles foram questionados a respeito das medidas necessárias que poderiam reverter este quadro. Algumas alternativas foram apontadas como emergenciais, a fim de assegurar o fortalecimento da produção orgânica local (Figura 7), tais como: fortalecimento da união entre os agricultores (30%), viabilização de assistência técnica de qualidade e em quantidade necessária (29%), viabilização de créditos para melhorar a infraestrutura (24%), maior incentivo dos governantes para o aumento e fortalecimento da produção orgânica (20%) e realização de cursos e palestras contínuas como meio de difusão dos saberes agroecológicos (6%).

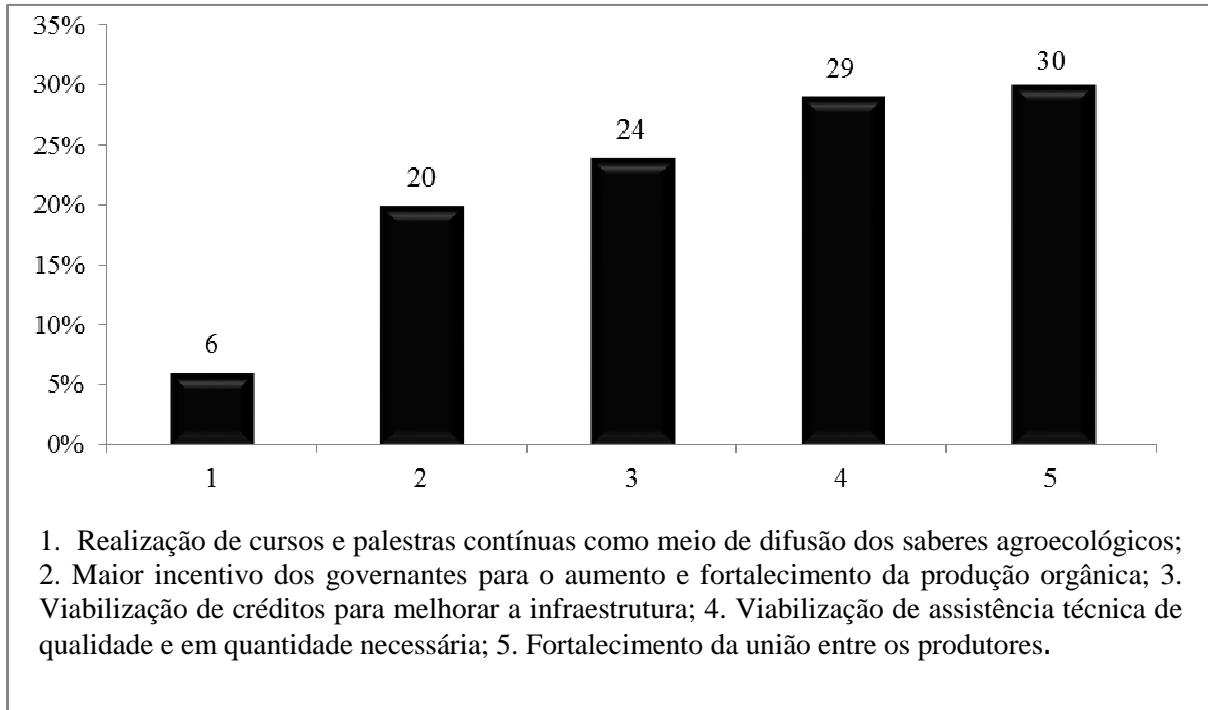


Figura 7. Medidas a serem adotadas para o fortalecimento da produção orgânica, segundo a ótica dos agricultores de base familiar em Mato Grosso do Sul.

Fonte: Dados da pesquisa.

Como observado, há grande necessidade entre os agricultores em melhorar as relações de cooperação. Dentre os relatos de alguns agricultores, a falta de união entre o grupo inviabiliza ações como a aquisição de insumos em maior quantidade e melhores preços, reivindicações por melhores condições de estradas e transporte, além de limitar o compartilhamento e socialização de informações úteis de manejo, sobretudo a formação do capital social, entre outros aspectos.

Dentre as principais medidas, também foram dadas outras sugestões importantes ao fortalecimento da agricultura orgânica por alguns produtores, como a criação de cursos técnicos e tecnológicos com foco agroecológico, aperfeiçoamento da produção de insumos nas propriedades, criação de ATER com foco agroecológico, investimento em pesquisas para descobrimento de novas técnicas agroecológicas. Além destas, também foi enfatizado sobre a necessidade de intensificação da implantação de barreiras pelos agricultores em virtude do carreamento de deriva de agrotóxicos para áreas de cultivo orgânico.

Para Bento et al. (2013), a criação de uma ATER com maior apropriação dos princípios agroecológicos, tanto por parte da entidade como de seus técnicos, poderia ser um meio capaz de gerar mudanças de paradigmas e, conseqüentemente, estimular o Estado a promover mudanças na agricultura, já que esta nova categoria tende a orientar para uma prática democrática, participativa e ambientalmente responsável por parte daqueles que

trabalham em assistência técnica e extensão rural. Possivelmente, esta iniciativa pode amenizar parte das dificuldades sentidas pelos agricultores, já que a ausência de assistência técnica adequada pode desencadear uma série de problemas ao produtor que opte pela produção orgânica e que luta constantemente, para se manter na atividade.

Segundo Lomanto Neto et al. (2009), em meio às dificuldades no âmbito da produção e comercialização por agricultores familiares no município de Amargosa-BA, a prefeitura municipal estabeleceu parcerias para executar em 2007 o projeto “Sustentabilidade e Agroecologia: um novo padrão de ATER no Vale do Jiquiriçá”. A partir deste, diversas iniciativas foram geradas para proporcionar formações aos agricultores, fortalecimento do trabalho associativo, práticas coletivas, cursos, seminários, dias de campo, visitas à experiências exitosas etc. Embora, durante este processo implementado no município de Amargosa-BA tenham surgido alguns desafios, inúmeros foram os pontos positivos gerados pelo projeto aos agricultores, assim como para os técnicos, os quais se apropriaram de metodologias participativas para o melhor desempenho nas trocas de experiências, das técnicas e experiências agroecológicas e agroflorestais.

Diante dos dados apresentados, percebe-se ainda a existência de muitas dificuldades na cadeia da produção orgânica. Considerando gargalos como este, foi lançado recentemente pela Presidência da República, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo - Brasil Agroecológico. Entre as iniciativas do plano, são destacadas ações de assistência técnica, ações voltadas para a qualidade dos insumos, formação de rede de ensino e pesquisa, bem como crédito agrícola, dentre outros (MDA, 2013).

A princípio, como todo o programa, as ideias são sempre muito boas e se implementadas corretamente, resolveriam em grande parte muitos dos problemas acerca da agricultura orgânica no país. No entanto, como alguns produtores mencionaram durante a pesquisa, muitos ainda estão à margem e não são alcançados pelas políticas públicas, seja por falta de conhecimento ou documentação necessária da propriedade, ou seja, ainda há uma grande burocracia para que os agricultores acessem e se beneficiem dessas políticas públicas.

Em vista disso, faz-se importante que mudanças estruturais sejam primeiramente realizadas para que a agricultura orgânica avance no estado de Mato Grosso do Sul e no país. Assim como o Brasil é considerado referência mundial no agronegócio por meio de vastos monocultivos, uso de altas tecnologias, bem como amplos investimentos, espera-se que as iniciativas de base agroecológica também se destaquem neste cenário e que a difusão destes saberes seja amplamente propagada entre comunidades e gerações.

CONCLUSÕES

A maioria dos agricultores orgânicos de base familiar em Mato Grosso do Sul tem idade entre 41 a 60 anos (57%) e 53% sequer concluíram o Ensino Fundamental.

A escolha pela agricultura orgânica deve-se principalmente ao interesse em consumir alimentos saudáveis (49%), bem como ao desejo de supressão do uso de agroquímicos nos agroecossistemas (19%). Em Mato Grosso do Sul, há boa diversidade de produtos oriundos da agricultura orgânica no âmbito da agricultura familiar, predominando hortaliças e frutas, sendo a maioria produzida em pequenas áreas.

A maior parte dos agricultores familiares vem atuando na agricultura de base agroecológica a partir dos últimos cinco anos, assim como mais de 50% destinam até 1 hectare das áreas para as práticas agrícolas com esse foco. No entanto, a possibilidade de melhorias na renda, seguida pela alta demanda do mercado, são os principais elementos motivadores ao aumento da produção orgânica, além de que uma maioria expressiva de agricultores considera o custo de produção do sistema orgânico inferior ao sistema convencional.

Um número expressivo de agricultores orgânicos não é atendido pela assistência técnica em Mato Grosso do Sul, e também não estão vinculados a entidades de caráter associativo ou cooperativo voltada à produção orgânica/agroecológica no estado.

As principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores de base familiar em Mato Grosso do Sul na produção orgânica são: falta de recursos financeiros para investimentos (32%) e dificuldade no controle de pragas e doenças (29%).

Nesse contexto, as principais medidas a serem adotadas para o fortalecimento da produção orgânica, segundo a ótica dos agricultores de base familiar em Mato Grosso do Sul são: o fortalecimento da união entre os produtores (30%) e viabilização de assistência técnica de qualidade e em quantidade necessária (29%).

Em suma, a integração de vários esforços com o propósito de apoiar e difundir a agricultura orgânica destaca-se como um fator crucial a fim de conquistar o avanço desse segmento. Para tanto, políticas públicas, sobretudo programas de valorização e apoio efetivo aos agricultores orgânicos, tem papel fundamental nesse processo e potencial para mudar a realidade de penúria de muitos agricultores orgânicos no estado de Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, G. V. et al. Percepção ambiental e uso do solo por agricultores de sistemas orgânicos e convencionais na Chapada da Ibiapaba, Ceará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 2, p. 217-236, 2013.
- ALTMANN, R.; OLTRAMARI, A. C. **A agricultura orgânica na região da Grande Florianópolis**: indicadores de desenvolvimento. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2004. 181p.
- ANDRADE, L. P. et al. Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia em Mato Grosso do Sul: formação de profissionais para harmonizar o desenvolvimento à conservação e melhoria ambiental. In: SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL, 3, 2010, Corumbá, **Anais...** Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste, 2010. 1 CD-ROM.
- ANDRADE, A. J. P.; SOUZA, C. R.; SILVA, N. M. A vulnerabilidade e a resiliência da agricultura Familiar em regiões semiáridas: o caso do Seridó Potiguar. **Campo - Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 8, n. 15, p. 1-30, 2013.
- AQUINO, J. R. Avanços e limites da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 47, Porto Alegre/RS, 2009.
- AUGUSTO, C. A.; SACHUK, M. I. Competitividade da agricultura orgânica no estado do Paraná. **Caderno de Administração**, v. 15, n. 2, p. 9-18. 2007.
- BAILEY, K. **Methods of social research**. New York: The Free Press, 1994.
- BARROS, J. D. S.; SILVA, M. F. P. Práticas agrícolas sustentáveis como alternativas ao modelo hegemônico de produção agrícola. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v.4, n. 2. 2010.
- BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 1 ed. Florianópolis: UFSC, 1994.
- BASTIAN, L.; DAL SOGLIO, F. A Adesão às Práticas Agroecológicas e as Motivações para a Transição Agroecológica: Noções de Agricultores Familiares de Campinhos município de Roca Sales – RS. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, 2009.
- BENTO et al. Extensão Rural Agroecológica (ERA): a importância da Associação Cristã de Base (ACB) no desenvolvimento rural sustentável da região do Cariri Cearense. In: ENCONTRO REGIONAL DA SOBER, 8., 2013, Parnaíba. **Anais...** Parnaíba: UFP, 2013. p. 1-20.
- BRASIL. **Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 06 fev. 2014a.
- BRASIL. **Lei Nº. 12.188 de 11 de janeiro de 2010**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm> Acesso em: 27 jan. 2014b.
- CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno produtor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 18, n. 3, p. 69-10, 2001.
- CHALUB-MARTINS, L.; SANTOS, S. P. Agroecologia, consumo sustentável e aprendizado coletivo no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 2, p. 469-483, 2012.

- CHMIELEWSKA, D.; SOUZA, D.; LOURETE, A. A. O Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado: estudo de caso no estado de Sergipe. **Texto para Discussão** (IPEA. Brasília), v. 1510, p. 7-40, 2010.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DAROLT, M. R. **Agricultura orgânica: inventando o futuro**. Londrina: IAPAR, 2002. 250 p.
- DELLA LUCIA, S. M. et al. Fatores da embalagem de café orgânico torrado e moído na intenção de compra do consumidor. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, v. 27, n. 3, 2007.
- DONADELLI, A.; KANO, C.; FERNANDES JUNIOR, F. Estudo de caso: Análise econômica entre o custo de produção de morango orgânico e convencional. **Pesquisa & Tecnologia**, v. 9, n. 2, 2012.
- FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. Agricultura Familiar e Agroecologia: Perfil da Produção de Base Agroecológica do Município de Pelotas/RS. **Sociedade & natureza**, v. 20, p. 199-217, 2008.
- FLORES, J. C. O. et al. Características sociais dos produtores orgânicos da ABIO no estado do Rio de Janeiro. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, n. 7, p. 141-158, 2009.
- FREITAS, J. C. **Agricultura Sustentável: Uma análise comparativa dos fatores de produção entre Agricultura Orgânica e Agricultura Convencional**. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) - Departamento de Economia. Universidade de Brasília, Brasília, 2002.
- GAVIOLI, F. R.; COSTA, M. B. P. As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 49, n. 2, p. 449-472, 2011.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. Disponível em: <<http://www.ms.gov.br>>. Acesso em: 06 jan. 2014.
- GUIMARÃES, R. R.; MESQUISTA, H. A. Agroecologia x agronegócio: crises e convivências. **Espaço em Revista**, v. 12, n. 2, 2010.
- GUIMARÃES, L. T.; TURETTA, A. P. D.; COUTINHO, H. L. C. Uma proposta para avaliar a sustentabilidade da expansão do cultivo da cana-de-açúcar no estado do Mato Grosso do Sul. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 2, p. 313-327, 2010.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Brasília: 2006. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>> Acesso em: 20 jun. 2013.
- IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 30 jan. 2014.
- KAHWAGE, C. Campesinato e capital social comunitário em Igarapé-Açu. In: COSTA, F. A.; HURTIENNE, T.; KAHWAGE, C. (Org.). **Inovação e difusão tecnológica para Sustentabilidade na Agricultura familiar na Amazônia Oriental: Resultados e implicações do projeto SHIFT Socioeconomia**. Belém: UFPA/NAEA, 2006. p. 225-262.
- KHATOUNIAN, C.A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.

- KOMORI, O. M. et al. Núcleo de Agroecologia de Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, p. 1746-1749, 2007.
- KOMORI, O. M. et al. Sistema Participativo de Garantia: caminhos percorridos pela Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul. **Cadernos de Agroecologia**, v. 7, n. 2, 2012.
- LOMANTO NETO, R. Sustentabilidade e Agroecologia: um Novo Padrão de ATER no Vale do Jiquiriçá. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, 2009.
- LOMBA, R M.; SILVA, I. C.; FILOCREAO, A. S. M. Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar do Estado do Amapá, Brasil. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 14, 2013, Llima. Artículos e Ponencias. Lima: UGI, 2013.
- LOSS, A. T.; ROMAGNHA, M. J. F. Benefícios e desafios da agricultura orgânica no município de Santa Teresa, ES: um estudo de caso. **Natureza**, v. 6, n. 2, p. 79-85. 2008.
- LUZ, J. M. Q. et al. Comparação dos sistemas de produção de tomate convencional e orgânico em cultivo protegido. **Bioscience Journal**, v. 23, n. 2, p. 7-15, 2007.
- MARTINEZ, F. L.; FERREIRA, A. I. **Análise de Dados com SPSS: Primeiros Passos**. Lisboa: Escolar Editora, 2007.
- MARTINEZ, E. A.; PEIL, R. M. N. Caracterização da comercialização e da diversidade da produção dos agricultores familiares associados à Cooperativa Sul Ecológica. **Revista Brasileira de Agrociência**, v. 16, n.1-4, p. 149-152, 2010.
- MAZZOLENI, E. M. NOGUEIRA, J. M. Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 44, n. 2, p. 263-293, 2006.
- MEIRA, S. G.; CANDIOTTO, L. Z. P. Organização de Produtores Orgânicos de Francisco Beltrão-Pr e da Associação de Produtores Agroecológicos de Verê - PR. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, 2009.
- MEIRA, S. G.; CANDIOTTO, L. Z. P. A organização de produtores nos municípios de Francisco Beltrão e de Verê – PR para a comercialização de alimentos orgânicos. **Revista de Geografia (UFPE)**, v. 28, n. 1, 2011.
- MELO, J. F.; CARDOSO, L. R. Pensar o ensino de ciências e o campo a partir da agroecologia: uma experiência com alunos do sertão sergipano. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 6, n. 1, p. 37-48, 2011.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Produtos orgânicos mais representativos de cada Unidade da Federação, 2012**. Folder - Produto Orgânico. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/publicacoes>>. Acesso em: 13 dez. 2013.
- MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. 2013. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/institucional/planapo>> Acesso em: 27 jan. 2014.
- NAZZARI, R. K. et al. Agricultura familiar e a ruralidade No oeste do paraná: Capital social e cooperativismo. In: NAZZARI, R. K.; BERTOLINI, G. R. F.; BRANDALISE, L. T. (Org.). **Gestão das unidades artesanais na agricultura familiar: uma experiência no oeste do Paraná**. 1. ed. Cascavel: Edunioeste, 2007. p. 137-163.
- NEVES, V. C. et al. Núcleo de Agroecologia Itamarati. In: SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL, 2., 2008, Dourados. **Anais...** Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste, 2008. 1 CD-ROM.

- PADOVAN, M. P et al. A Agroecologia no Estado de Mato Grosso do Sul. In: PADOVAN, M. P; et al. (Org.). **Agroecologia em Mato Grosso do Sul: Princípios, Fundamentos e Experiências**. 2. ed. Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste, 2005. p. 121-127.
- PARRY, M. et al. Feiras orgânicas: um estímulo ao aumento da produção de produtos seguros. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, 2013.
- PEDROSA, R. A; KOMORI, O. M. Núcleo de Agroecologia Ivinhema: ATER diferenciada valorizando saberes, conhecimentos e experiências no Território do Vale do Ivinhema, MS. **Cadernos de Agroecologia**, v. 5, n. 1, 2010.
- PIRES, M. L. L. A (re)significação da extensão rural. O cooperativismo em debate. In: LIMA, J. R. T. (Org.). **Extensão rural e desenvolvimento sustentável**. Recife: Bagaço, 2003.
- RAMOS, M. B. et al. A Agroecologia na Escola Família Agrícola de Itaquiraí, em Mato Grosso do Sul. In: SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL, 2., 2008, Dourados. **Anais...** Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste, 2008. 1 CD-ROM.
- ROGATTO, L. Agricultura familiar. **Ciência e Cultura**, v. 65, n. 1, p. 8-10, 2013.
- ROSSETTI, E. K.; DE BEM, J. S. A Agroecologia no Estado do RS: perspectivas e resultados no Rio Grande do Sul (2002 a 2004). In: SEMINARIO INTERNACIONAL E CICLO DE VIDEOCONFERÊNCIAS: "RESOLUÇÕES DE CONFLITOS AMBIENTAIS", 4, 2006, Caxias do Sul. Disponível em: <<http://www.redesrurais.org.br/sites/default/files/A%20Agroecologia%20no%20Estado%20do%20RS.pdf>> Acesso em: 15 dez. 2013.
- SAMBUICHI, R. H. R.; OLIVEIRA, M. A. C. Análise das linhas de crédito do PRONAF para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2, 2011.
- SANGALLI, A. R. SCHLINDWEIN, M. M. Desafios da agricultura familiar: deficiências e potencialidades de desenvolvimento no assentamento rural Lagoa Grande, em Dourados, Mato Grosso do Sul. **ORG & DEMO**, v. 14, n. 2, p. 7-28, 2013.
- SANTOS, G. C.; MONTEIRO, G. Sistema orgânico de produção de alimentos. **Alimento & Nutrição**, v. 15, n. 1, p. 73-86, 2004.
- SAQUET, A. M.; SOUZA, P.; SANTOS, R. A. Agricultura familiar em Itapejara D'Oeste – PR. **Revista da ANPEGE**, v. 6, n. 2, p. 43-57, 2010.
- SILVA, J. M.; MENDES, E. P. P. Desafios dos agricultores familiares nas comunidades rurais Cruzeiros dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO). **Revista Formação Online**, v. 2, n. 19, p. 32-50, 2012.
- SILVA, B. C. D; COSTA, A. E. D. Diagnóstico sócio-produtivo dos agricultores familiares cooperados à cooperativa da agricultura familiar do território do recôncavo da Bahia – COOAFATRE. **Magistra**, v. 24, n. 2, p. 151-159, 2012.
- SOUZA A. P. O.; ALCÂNTARA, R. L. C. **Alimentos orgânicos: estratégias para o desenvolvimento do mercado**. In: NEVES M. F.; CASTRO, L. T. (Org.). **Marketing e estratégia em agronegócios e alimentos**. São Paulo: Atlas; 2003.
- SOUZA, J. L.; GARCIA, R. D.C. Custos e rentabilidades na produção de hortaliças orgânicas convencionais no estado do Espírito Santo. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, v. 3, n. 1, p. 11-24, 2013.

STORCH, G. et al. Caracterização de um grupo de produtores agroecológicos do Sul do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Agrociência**, v. 10, n. 3, p. 357-362, 2004.

TEIXEIRA, S. S. et al. Caracterização da produção agroecológica do sul do Rio Grande do Sul e sua relação com a mecanização agrícola. **Engenharia Agrícola**, v. 29, n.1. 2009.

TIVELLI, S. W. Orgânicos são caros. Por quê? **Revista Pesquisa & Tecnologia**, p. 1-15, 22 maio, 2012.

VÁSQUEZ, S. F.; BARROS, J. D. S.; SILVA, M. F. P. Agricultura orgânica: caracterização do seu produtor na cidade de Cajazeiras-PB. **Revista Verde**, v. 3, n. 2, p. 87-97, 2008.

VILLAS BOAS, L. H. B. et al. Comportamento do consumidor de produtos orgânicos: uma aplicação da teoria da cadeia de meios e fins. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 8, n. 1, 2006.

WEID, J. M. V. D. A transição agroecológica das políticas de crédito voltadas para a agricultura familiar. **Agriculturas**, v. 3, n. 1, 2006.

WOLLNI, M.; ANDERSSON, C. Spatial patterns of organic agriculture adoption: Evidence from Honduras. **Ecological Economics**, v. 97, p. 120-128, 2014.

Capítulo 2

Agregação de valor, certificação, comercialização e consumo de produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul

RESUMO

Com este trabalho objetivou-se conhecer e analisar aspectos inerentes à agregação de valor à produção, à certificação orgânica, à comercialização, e ao consumo de produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul, sob a ótica dos produtores. Para tanto, foi desenvolvido um estudo no período de 2012 e 2013 envolvendo 101 produtores orgânicos pertencentes a 22 municípios do estado. Para descobrir os possíveis informantes-chave e, conseqüentemente, os produtores, foi utilizada a metodologia de amostragem em *snowball sampling*. Posteriormente, foi realizada uma entrevista junto a cada produtor identificado, utilizando-se um roteiro semiestruturado. Os resultados mostram que 53% dos produtores orgânicos não agregam valor aos produtos agrícolas e apenas 24% dos agricultores de base familiar possui a certificação orgânica. O canal de comercialização mais utilizado por 78% dos produtores é a venda direta. Os principais entraves à comercialização de produtos orgânicos são: escoamento da produção (48%) e a falta de conscientização dos consumidores quanto à importância do consumo de produtos orgânicos (26%). Contudo, 25% dos produtores indicaram a necessidade de melhorias no escoamento da produção e 18% mencionaram a organização de grupos para comercialização coletiva, como as principais medidas para melhorar a comercialização de produtos orgânicos no estado. Em suma, mediante as dificuldades identificadas, a busca por melhores estratégias de organização social, assim como apoio mais intenso das políticas governamentais podem contribuir para gerar melhorias a este segmento em Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: mercado de produtos orgânicos, consumo de produtos orgânicos, certificação orgânica, agricultores familiares.

ABSTRACT

This work aimed to understand and analyze the aspects inherent in adding value to production, organic certification, marketing, and consumption of organic products produced by family farmers in Mato Grosso do Sul, from the perspective of producers. To approach this objective, a study was conducted between 2012 and 2013 involving 101 organic farmers belonging to 22 municipalities. To discover possible key informants and subsequently, the producers, the 'snowball sampling' methodology was used, after which, an interview was conducted with each producer, using a semi-structured script. The results show that 53% of organic producers do not add value to agricultural products and only 24% of farmers have organic certification. Direct sale is the main means used by the farmers for income, considering that 78% of the producers sell the products directly to the consumers. The main barriers to the marketing of organic products are: flow of production (48%) and lack of consumer awareness about the consumption of organic products (26%). However, 25% of producers indicated the need for improvements in the flow of production and 18% mentioned the need to increase the organization among organic farmers for collective marketing. These were established as the key measures in order to improve sales of organic products in the state. In conclusion, in regard to the difficulties identified, the search for better strategies for

social organization, as well as more intensive support from the government through specific policies can help boost this sector of the Mato Grosso do Sul state.

Keywords: organic market, consumption of organic products, organic certification, family farmers.

INTRODUÇÃO

Em virtude das vantagens do consumo de alimentos orgânicos, este mercado encontra-se bastante aquecido. Nesse sentido, Flaten et al. (2010) destacam que a produção orgânica tem aumentado significativamente em diversos países. Para Willer e Kilcher (2010), a comercialização de produtos orgânicos tem crescido de forma continuada, sendo que a América do Norte e Europa representam os principais mercados, consumindo mais de 90% da produção de alimentos orgânicos no mundo. O Ministério da Agricultura enfatiza que a crescente demanda por alimentos orgânicos caracteriza-se como uma tendência mundial, a qual também é refletida no Brasil (BRASIL, 2007).

Dentre os elementos que também podem aumentar a competitividade dos produtos orgânicos neste mercado em constante ascensão, destaca-se a agregação de valor aos produtos. Para Vilckas e Nantes (2007), agregar valor aos produtos de origem rural, tornou-se uma questão fundamental para os produtores, sobretudo porque aumentam as chances de permanência, bem como possibilidades de alcançar novos mercados. Contudo, para que produtos naturais tenham a rotulagem de produtos orgânicos, precisam ser produzidos de acordo com as normas estabelecidas na agricultura orgânica, assim como obter uma certificação que assegure essas condições, o que agrega ainda mais valor ao produto (BORGUINI; TORRES, 2006).

Entretanto, embora haja grandes benefícios, existem alguns fatores limitantes ao consumo de alimentos orgânicos por uma parte da população, principalmente por conta dos preços mais elevados destes produtos em relação aos produtos convencionais (BORGUINI; TORRES, 2006; MARTINS et al., 2006; BARBÉ, 2009; KRISCHKE; TOMIELLO, 2009; COELHO, 2011), além, também, de fatores como a baixa disponibilidade de produtos e o baixo nível de interesse dos consumidores (BARBÉ, 2009; ANDRADE; BERTOLDI, 2012).

Contudo, diversos são os gargalos inerentes aos elos da cadeia produtiva, principalmente relacionados à comercialização de produtos orgânicos, sobretudo a respeito da certificação de tais produtos. Ainda que existam alguns mecanismos de avaliação que

conferem a conformidade orgânica à produção, o índice de propriedades certificadas no Brasil ainda é baixo (IBGE, 2006).

Diante das dificuldades presentes neste setor e que afetam seu avanço no país, Buainaim e Batalha (2007) apresentam alguns dos entraves ao crescimento do mercado de produtos orgânicos, entre os quais se destacam: descontinuidade na oferta de produtos, demanda superior à oferta, campanhas promocionais insuficientes de esclarecimento aos diferentes segmentos de mercado, elevados custos de conversão e de certificação, estrutura de crédito deficiente, estrutura de apoio governamental insuficiente, falta de tecnologias com enfoque agroecológico apropriadas aos diferentes agroecossistemas brasileiros, ausência de levantamento sistematizado de informações de mercado, entre outros.

Contudo, maiores são os desafios nas pequenas localidades, de modo que a popularidade destes produtos não seja tão exercitada. Segundo Dantas et al. (2011), o crescimento do mercado de produtos orgânicos não acontece na mesma intensidade entre os grandes centros urbanos e os pequenos. No interior, a oferta de produtos orgânicos costuma ser menor e menos regular, o nível de conhecimento dos consumidores acerca de alimentos orgânicos também tem sido apontado como causas deste descompasso.

Segundo Komori et al. (2007), há muitas dificuldades na comercialização dos produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar no estado de Mato Grosso do Sul. Há necessidade de certificação e os processos são dependentes de certificadoras de outros estados, sendo financeiramente inviáveis aos produtores, que acabam excluídos deste processo.

Todavia, em virtude da falta de levantamento sistematizado acerca da produção orgânica no estado de Mato Grosso do Sul, não se conhece oficialmente a real condição deste segmento na atualidade. Situação que gera uma grande carência de conhecimento quanto a aspectos relativos à pós-produção, tais como: agregação de valor, certificação orgânica, mercado destes produtos e potencial de consumo.

Neste contexto, desenvolveu-se este estudo com o objetivo de conhecer e analisar aspectos inerentes à agregação de valor à produção, à certificação orgânica, à comercialização, e ao consumo de produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul, sob a ótica dos produtores.

METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido no estado de Mato Grosso do Sul (Figura 1), localizado na região Centro-Oeste do Brasil, o qual possui área territorial de 357.145,836 km² e população de 2.449.024 habitantes, com densidade demográfica de 6,86 hab. km⁻² (IBGE, 2014).



Figura 1. Mapa do estado do Mato Grosso do Sul.
Fonte: Guimarães, Turetta e Coutinho (2010, p. 316).

A malha municipal é composta por 78 municípios. Dentre os municípios mais populosos destacam-se: Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas e Ponta Porã, respectivamente, tendo Campo Grande como capital. A vegetação nativa se caracteriza em Cerrado a Leste, Pantanal a Oeste e floresta tropical ao Sul. O clima no estado caracteriza-se como tropical, tendo como a agricultura e pecuária as principais fontes econômicas (MATO GROSSO DO SUL, 2014).

Como delimitação do universo pesquisado, optou-se por investigar apenas produtores de base familiar, sobretudo devido sua maior abrangência. A Lei Federal nº 11.326, de 24 de junho de 2006, considera agricultor ou empreendedor familiar rural aquele que desenvolve atividades no meio rural, em que a área não exceda a quatro módulos fiscais, a mão-de-obra utilizada seja oriunda da própria família e a renda familiar seja originada dessas atividades (BRASIL, 2014a).

Para calcular a amostra, foi utilizada a fórmula de amostragem sistemática descrita por Barbetta (1994), a qual descreve a continuação:

$$no = \frac{1}{Eo^2} \quad n = \frac{N \cdot no}{N + no}$$

Onde: N – tamanho (número de elementos) da população

n – tamanho (número de elementos) da amostra

n_0 – uma primeira aproximação do tamanho da amostra

E_{α}^2 – erro amostral tolerável

Na realização do cálculo, foi considerada uma população de 321 produtores (MAPA, 2012) que manejam suas propriedades em Mato Grosso do Sul seguindo princípios agroecológicos. Deste modo, o cálculo estatístico utilizou-se o erro amostral de 8,2%, obtendo assim uma amostra de 101 produtores orgânicos.

Para identificar os agricultores que manejam suas unidades de produção seguindo princípios agroecológicos, foi utilizada a metodologia de amostragem em “bola-de-neve” - *snowball sampling* (BAYLEY, 1994), para descobrir os possíveis informantes-chave. Esses informantes foram representados pela associação de produtores orgânicos; organizações não governamentais; movimentos sociais; Sebrae; instituições públicas de pesquisa, ensino e extensão rural; outras organizações de agricultores (sindicatos, associações de comunidades rurais e cooperativas), escolas famílias agrícolas, prefeituras municipais e agricultores.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com roteiro semiestruturado contendo questões abertas e fechadas (Apêndice B), a qual foi concretizada junto a cada agricultor orgânico de base familiar em visitas às unidades de produção e em eventos. As entrevistas foram realizadas durante o IV Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul, bem como na 9ª Feira das Sementes Nativas Crioulas de Juti, cujos eventos possibilitaram a abordagem de vários produtores de diversas regiões do estado.

Paralelamente aos eventos, foram realizadas visitas em busca de experiências agroecológicas no Assentamento Itamarati, município de Ponta Porã-MS, bem como nos municípios de Dourados, Bonito, Bodoquena e Campo Grande.

Também foi estabelecido arranjo com alguns profissionais da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de MS (Agraer), bem como com alunos do curso de Especialização em Residência Agrária: Agroecologia, Produção e Extensão Rural, da Universidade Federal da Grande Dourados, que participaram na identificação de agricultores orgânicos, além de fazerem entrevistas daqueles situados em seus municípios de origem, aumentando a capacidade operacional para a realização da pesquisa, uma vez que são oriundos de diversas regiões do estado.

A partir dos esforços empreendidos e arranjos estabelecidos, o estudo foi realizado entre o período de outubro de 2012 a novembro de 2013 envolvendo 101 produtores que manejam suas propriedades de acordo com princípios agroecológicos, oriundos de 22 municípios, conforme destaca a Tabela 1.

Tabela 1. Agricultores familiares de Mato Grosso do Sul partícipes da pesquisa entrevistados nos anos de 2012 e 2013, e os respectivos municípios de origem.

Município	Nº de produtores entrevistados
Ponta Porã	19
Bonito	11
Dourados	9
Bodoquena	8
Campo Grande	8
Terenos	7
Corumbá	6
Itaquiraí	6
Ivinhema	6
Nova Andradina	5
Amambai	2
Ladário	2
Nova Alvorada do Sul	2
Rio Brillhante	2
Bandeirantes	1
Glória de Dourados	1
Itaporã	1
Jaraguari	1
Mundo Novo	1
Novo Horizonte do Sul	1
Três Lagoas	1
Juti	1
Total	101

A pesquisa caracteriza-se como estudo exploratório com utilização do método misto (método qualitativo e quantitativo). Conforme Gil (2009), as pesquisas exploratórias visam desenvolver familiaridade com o problema, explicitando-o e tendo planejamento flexível.

Para Creswell (2010), os métodos de pesquisa quantitativos – são predeterminados, utilizando-se questões baseadas no instrumento, dados de desempenho, dados de atitudes observacionais e de censo e interpretação estatística; já os métodos qualitativos são emergentes, nos quais se adotam perguntas abertas, dados de entrevistas, de observação, de documentos e audiovisuais, análise de texto e imagem e interpretação de temas e de padrões.

Após a aplicação do instrumento de coleta dos dados, as informações foram submetidas às etapas de seleção, codificação, tabulação e processamento eletrônico utilizando-se o software *Statistical Package for the Social Sciences – SPSS* (MARTINEZ;

FERREIRA, 2007). A análise e a interpretação dos dados coletados foram realizadas conforme o método descritivo, sendo também utilizadas técnicas de análise tabular e gráfica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O beneficiamento de produtos da agricultura familiar é uma importante estratégia que possibilita a conquista de novos mercados, agregação de valor aos produtos, assim como maiores ganhos aos produtores. Em vista desse processo, Oliveira, Gazolla e Schneider (2011) salientam que em agroindústrias familiares, a matéria-prima que antes era vendida a preços reduzidos, passa a ser processada, agregando valor aos preços recebidos. A comercialização por sua vez, que era operacionalizada por intermediários ou por grandes agroindústrias, passa a ser realizada em mercados locais, nos quais predominam relações de confiança e maior capacidade de decisão sobre os preços praticados, vivenciando desta forma, a experiência do comércio justo e solidário.

Assim, apesar da importância dessas iniciativas no agronegócio familiar, constatou-se que menos da metade dos produtores orgânicos de Mato Grosso do Sul (47%) agregam valor à produção agrícola, sendo que 53% não adotam essa estratégia (Figura 2).

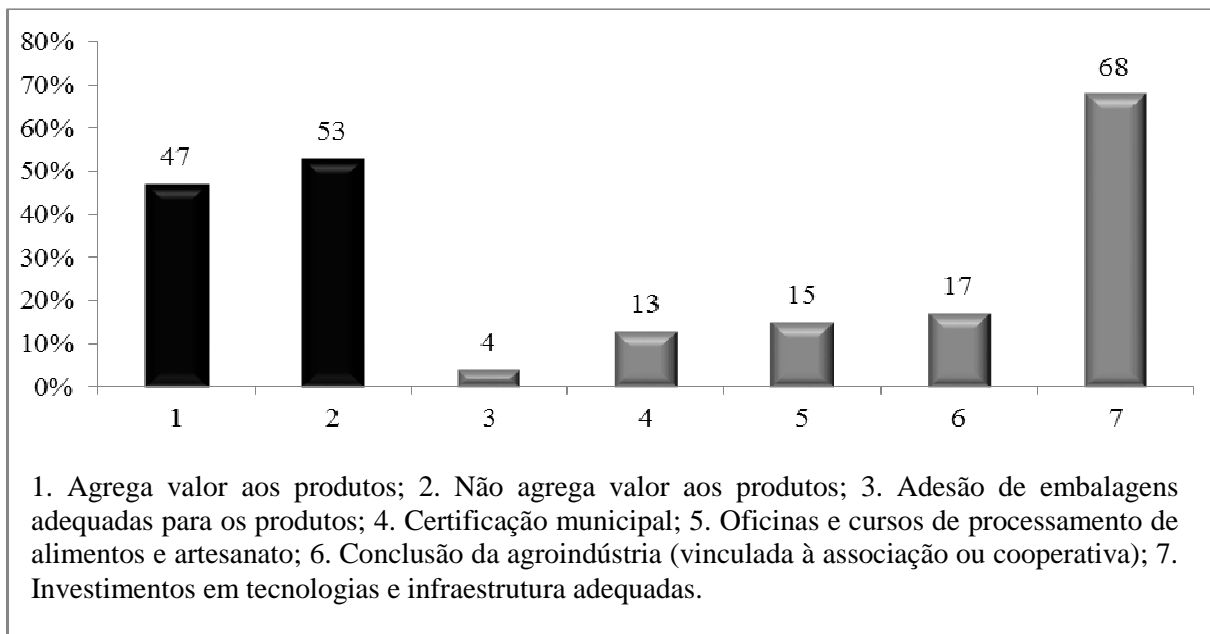


Figura 2. Índice de produtores orgânicos de base familiar que agregam valor aos produtos (colunas em preto), e as principais necessidades para melhorar os processos de agregação de valor à produção (colunas em cinza) em Mato Grosso do Sul.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os principais produtos processados pelos produtores familiares orgânicos são: doces em geral, destacando-se doce de laranja, mamão, goiaba, abóbora; assim como geléias de amora, jabuticaba, manga; as conservas de pimenta, pepino e pequi; rapadura, melado, caldo de cana e colorau; licores de abacaxi, jabuticaba, guavira, pequi, dentre outros produtos, de acordo com a produção de cada época. Alguns produtores atuam na moagem e torrefação de café, beneficiamento de arroz preto, mel, processamento de derivados do leite como queijos, requeijão, doce de leite, além do artesanato com fibras de bananeira e buriti, entre outros.

Para as famílias que beneficiam a produção agregando valor a estes produtos, foram destacados alguns aspectos que podem melhorar ainda mais as condições de beneficiamento, entre os quais, 68% dos produtores indicaram a necessidade de investimentos em tecnologias e infraestrutura adequadas. Esta demanda surge em meio a uma realidade, na qual muitas atividades são realizadas manualmente nos estabelecimentos, e que podem ser melhor executadas utilizando-se equipamentos específicos para tais funções, bem como instalações adequadas para realizar as tarefas, como construção de cozinha apropriada ou miniagroindústria.

Dentre os agricultores que agregam valor à produção, 17% esperam a conclusão de agroindústria vinculada a uma associação de produtores. Enquanto as obras não são finalizadas, o processamento dos produtos são realizados, em grande maioria, pelos próprios produtores em suas casas, fato que limita a comercialização, pois sem a inspeção sanitária e certificação municipal, os produtores ficam impedidos de levar os produtos aos mercados convencionais. As vendas normalmente têm sido feitas diretamente aos consumidores por meio de feiras e eventos.

Os agricultores também elencaram outros fatores para melhorar as condições de beneficiamento e apresentação dos produtos, tais como: realização de oficinas e cursos de processamento de alimentos e artesanatos (15%), disponibilização de certificação municipal (13%) e viabilização de embalagens adequadas para os produtos (5%).

Tendo em vista a necessidade dos produtores por investimentos e tecnologias adequadas, percebe-se nestes casos, a insuficiência de recursos financeiros entre os produtores pesquisados. Diante desta realidade, Neves e Castro (2007) explicam que o desafio para a agregação de valor para produtores familiares está justamente na escassa capacidade financeira, além da gestão de marketing. Os autores salientam que a situação dos produtores melhorou bastante nos últimos anos em função dos programas governamentais de suporte aos produtores, no entanto essas medidas viabilizaram casos de sucesso, mas uma coleção muito maior de casos de insucessos.

Ainda nessa perspectiva, Wesz Junior (2010) discute que dentre as ampliações do campo de atuação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, inseriu-se também neste contexto, um segmento voltado para agroindustrialização familiar no ano de 1998, denominado (Pronaf-Agregar), que em 2003 passou a ser renomeado para Pronaf-Agroindústria. O autor enfatizou que as diversas reformulações durante os anos em prol dos beneficiários dessa política e as alterações realizadas no programa interferiram nas condições de financiamento e o alastramento do público beneficiado, o que passou a favorecer maiores cooperativas em detrimento das agroindústrias familiares, devido à possibilidade de as cooperativas financiarem o montante de R\$ 25 milhões, enquanto às agroindústrias familiares são disponibilizados valores próximos a R\$ 32 mil.

Neste sentido, além do beneficiamento da produção agrícola, a certificação orgânica também pode proporcionar uma agregação de valor aos produtos. Para Pinheiro (2012), os sistemas de certificação tornam-se indispensáveis para agregar valor e renda aos produtos, além de promoverem a inserção em mercados internacionais, criam oportunidades de expansão do comércio, garantindo aos consumidores a integridade dos produtos, além de assegurar a credibilidade e o reconhecimento dos consumidores nacionais.

Atualmente existem três mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica, a Certificação por Auditoria; os Sistemas Participativos de Garantia (SPG); e o Controle Social na Venda Direta (BRASIL, 2014b). As Certificadoras por Auditoria atuam comercialmente na prestação de serviços de certificação a produtores individuais e grupos. Possuem como obrigação avaliar e garantir a conformidade da produção orgânica sob sua responsabilidade. São aptas à resolução de conflitos, atendimento a denúncias e aplicação de sanções administrativas quando cabíveis. Precisam manter os clientes sempre atualizados quanto às normas vigentes e realizar visitas programadas e sem aviso prévio às unidades, ao menos uma vez ao ano (BRASIL, 2014c).

Os Sistemas Participativos de Garantia preveem o envolvimento de consumidores, técnicos e produtores com a verificação dos cumprimentos das normas orgânicas estabelecidas e a organização e aperfeiçoamento dos sistemas produtivos vistoriados (DAROLT, 2002). Este modelo de certificação tem como fundamento a confiança e participação dos envolvidos no processo, onde a elaboração e a verificação das normas de produção orgânica são realizadas com a participação efetiva dos agricultores, incluindo produtores, assessores técnicos e consumidores que estabelecem um esquema de confiança no qual os envolvidos nesse processo atestam solidariamente a responsabilidade do outro (FONSECA, 2009).

O Controle Social na Venda Direta estabelece que os agricultores familiares sejam os únicos autorizados a realizar vendas diretas ao consumidor sem certificação, desde que integrem alguma organização de controle social cadastrada nos órgãos fiscalizadores, assim, devem abrir suas propriedades para que inspetores e consumidores possam examinar a produção, atestando sua regularidade (BRASIL, 2014b).

Nesse contexto, o estudo desenvolvido no âmbito da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul constatou que a maioria das unidades de produção não possui o certificado orgânico, correspondendo a 76%, enquanto 24% dos produtores possuem a certificação, a qual é realizada por auditoria externa por meio do Instituto Biodinâmico (IBD Certificações), sendo viabilizada por meio de ações desenvolvidas pelo SEBRAE, que além de realizar um acompanhamento técnico junto aos produtores, subsidiou parte dos custos da certificação, tornando-a acessível a estes produtores (Figura 3). Não foram identificados produtores que utilizam a modalidade de Controle Social na Venda Direta. Em relação ao SPG, foram identificados produtores que se encontram em processo preparatório para certificação, mas ainda sem nenhum processo concluído.

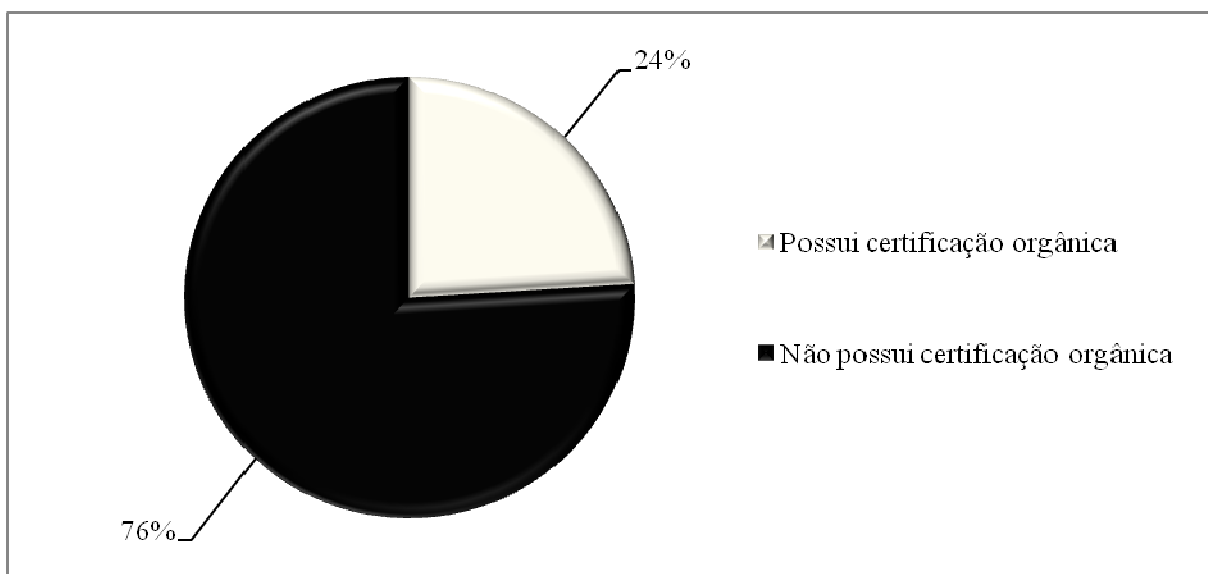


Figura 3. Situação dos produtores orgânicos de base familiar quanto à certificação em Mato Grosso do Sul em 2013.

Fonte: Dados da pesquisa.

Em levantamento realizado no estado de Santa Catarina por Zoldan e Mior (2012), constatou-se que 50% das unidades de produção orgânicas possuíam algum tipo de certificação, em especial a certificação participativa obtida por meio da Rede Ecovida, no entanto 25% nunca certificaram as áreas, sendo que os demais (25%) não opinaram. Vale destacar que a agricultura de base agroecológica encontra-se bastante consolidada neste

estado há alguns anos, contando com apoio de diversas parcerias (universidades, entidades governamentais e não governamentais, entre outras), comprometidas com o processo há décadas (GELINSKI NETO, 2002).

No entanto, esta realidade no estado de Mato Grosso do Sul pode mudar dentro de alguns anos. Isso porque, devido ao esforço de produtores e diversas entidades parceiras, a Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul - APOMS conquistou no final do ano de 2013 o credenciamento junto ao MAPA, como Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade Orgânica – Sistema Participativo de Garantia, o que vem ao encontro da necessidade de muitas famílias, que, por meio desta certificação, têm a possibilidade de agregar valor aos produtos.

A respeito das formas de comercialização, constatou-se que 5% dos agricultores não destinam a produção para o mercado consumidor, mas foi mencionada intenção de comercialização futuramente. Contudo, para aqueles produtores que destinam a produção agrícola ao mercado, verificou-se que a venda direta é o canal mais utilizado entre eles, sendo praticada por 78% dos entrevistados, e que 36% destes utilizam apenas este canal para comercializar a produção. Dentre os produtores, 29% destinam a produção para mercados, em grande maioria varejista; 22% utilizam mecanismos de comercialização como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo que 9% dos produtores entregam a produção para atravessadores e apenas 5% destinam a produção para agroindústrias (Figura 4).

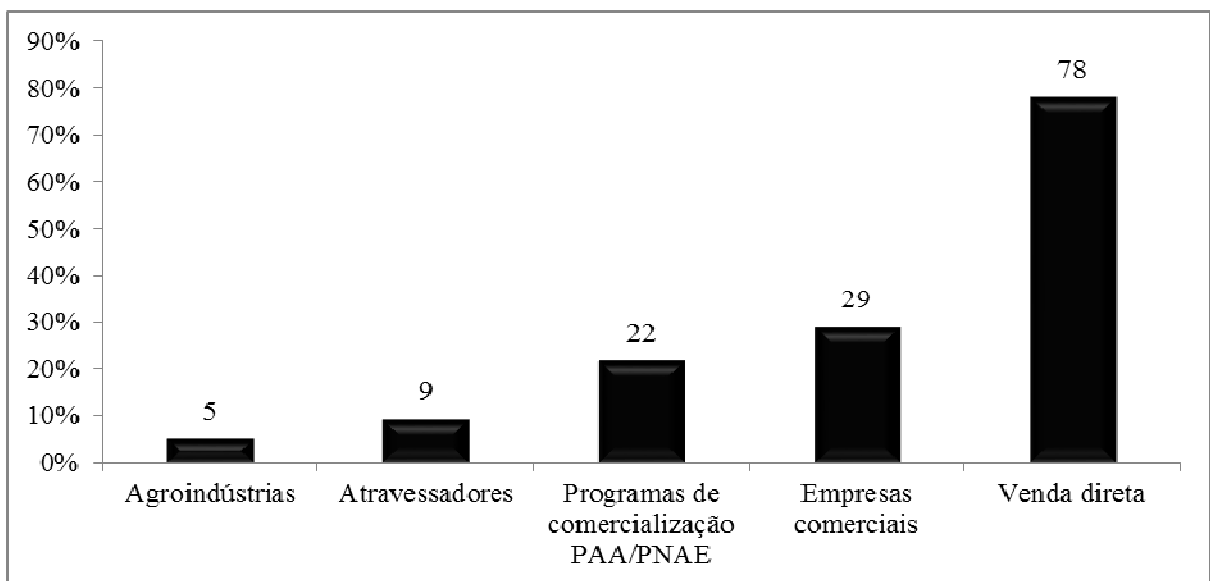


Figura 4. Destinação/formas de comercialização da produção orgânica oriunda da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul.

Fonte: Dados da pesquisa.

Em análise semelhante, entre produtores agroecológicos dos municípios de Ipê e Antônio Prado-RS, Oliveira, Gazolla e Schneider (2011) constataram a predominância dos seguintes canais, de acordo com a ordem de importância: a comercialização direta, venda para supermercados, para intermediários, na propriedade rural, em mercados institucionais e em festas comunitárias. Flores et al. (2009), em estudo envolvendo produtores ligados à Associação de Produtores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro – ABIO, verificaram a predominância de escoamento da produção por meio de intermediários, seguido pela feira orgânica, Ceasa e supermercados.

Como observado neste estudo, a venda direta, seja por meio das feiras livres ou a venda em domicílio, são mecanismos comumente utilizados pelos produtores orgânicos, caracterizando-se como um importante canal de acesso da agricultura familiar. Por meio da venda direta, o produtor poderá obter maior lucratividade por seu produto, já que dispensa a participação de intermediários neste processo, assim como o consumidor poderá obter os produtos a melhores preços, se comparado a grandes redes de comercialização convencional.

Entretanto, a venda direta também pode constituir-se em uma alternativa aos produtores que estão à margem do sistema. Para Pierre e Valente (2010), as feiras livres são canais de comercialização de produtos da agricultura familiar que raramente recebem apoio de políticas públicas específicas. Este fato torna-se relevante, sobretudo por conta da existência de diversas famílias que relataram não ter o título de suas terras e a escrituração necessária, o que tem impossibilitado o acesso a créditos, bem como acesso aos mercados e programas de comercialização governamental, obtendo, por meio da venda entre a vizinhança, venda de porta em porta ou na feira livre, único meio de comercialização.

Os produtores que entregam seus produtos em mercados alegam que a produção atual está abaixo da quantidade demandada pelos comerciantes. Segundo os produtores, as empresas necessitam de maior quantidade e frequência na entrega da produção. Assim, muitos produtos agrícolas, sobretudo hortifruti, são trazidos de outros estados para atender à demanda local. Segundo Campeão, Vilpoux e Queiroz (2012), o estado de Mato Grosso do Sul possui a menor participação relativa de produtos oriundos da horticultura entre os estados do Centro-Oeste. Esta realidade revela o quanto a organização é necessária entre os produtores, pois trata-se de uma situação que poderia ser minimizada se houvesse participação e integração mais efetiva dos produtores locais, bem como dos órgãos públicos que atuam junto a esse segmento, a fim de concentrar esforços na produção de alimentos e atender a demanda dos mercados locais, o que seria de fundamental importância para os agricultores e aos comerciantes.

Neste estudo realizado em Mato Grosso do sul, os produtores que acessam os mercados governamentais (PAA e PNAE) ressaltaram algumas vantagens nesta participação, tais como a possibilidade de venda garantida, entrega em local fixo, mesmo que a produção seja incipiente, assim como preço justo, sendo que apenas uma minoria dos produtores queixou-se de preços ou demora no pagamento. Os produtos comercializados por meio dos programas são compostos por ampla diversidade, sendo as hortaliças, legumes e frutas, os produtos mais vendidos.

No entanto, sabendo da importância das políticas públicas visando o desenvolvimento rural para a consolidação e fortalecimento dos produtores familiares, percebe-se ainda baixo índice de participação dos produtores neste mecanismo de comercialização (Figura 4). Deste modo, considerando a necessidade de organização em associações ou cooperativas como meio de acesso aos mercados institucionais, destaca-se a ausência de processos sociais organizativos entre os produtores, como um dos principais entraves ao acesso a canais de comercialização como estes. Silva e Silva (2011) enfatizam que além dos desafios organizacionais do processo produtivo, os pequenos produtores ainda esbarram em aspectos como infraestrutura deficiente para a logística da produção, necessidade de beneficiamento e agregação de valor aos produtos e carência de assistência técnica especializada.

Ainda que Bavaresco e Mauro (2012) consideram as compras institucionais como uma das políticas públicas mais importantes para a os pequenos produtores dos últimos anos, Silva et al. (2013) enfatizam que no âmbito da agricultura familiar, a falta de recursos financeiros, assim como a falta de acesso a assistência técnica adequada, a ausência de diálogo com as prefeituras e de iniciativas de cooperação, dificultam o acesso dos produtores a esses mercados institucionais. Essas evidências, que por sua vez, em muito se aproximam da realidade dos produtores sul-mato-grossenses.

No Canadá, o mercado de produtos orgânicos encontra-se em plena expansão, em vista disso, 58% dos consumidores compram produtos orgânicos a cada semana. Deste modo, a composição das vendas entre os canais acessados no Canadá são: mercado varejista com 45%, lojas de produtos naturais e vendas pela internet com 29%, vendas direto ao consumidor 13%, mercado institucional 12% e venda para cooperativas (0,5%) (CANADA ORGANIC TRADE ASSOCIATION, 2013).

Para 62% dos produtores de base familiar de Mato Grosso do Sul, a comercialização de produtos orgânicos apresenta algumas dificuldades, dentre elas destacam-se: escoamento da produção, dos quais 48% dos produtores destacaram aspectos como estradas ruins, necessidade de melhorias no transporte da produção, difícil acesso do produtor ao

consumidor, bem como falta de veículos adequados para escoar a produção. Para 26% dos produtores, observaram-se insatisfações com os preços praticados, sobretudo em virtude da resistência dos consumidores em pagar maior valor por produtos orgânicos em relação aos produtos convencionais. Quanto ao preço, alguns produtores também mencionaram a questão da concorrência com produtos convencionais, em que muitos casos, aspectos como melhor aparência e menor preço atraem ainda muitos consumidores. A comercialização via intermediários, trazem alguns impactos sobre essa questão, sendo que repassam os produtos ao consumidor final com valor muito superior àqueles pagos aos produtores (Tabela 2).

Tabela 2. Dificuldades na comercialização de produtos orgânicos entre os produtores orgânicos familiares de Mato Grosso do Sul.

Descrição	Percentual
Escoamento da produção	48%
Preços praticados	26%
Falta de conscientização dos consumidores quanto à importância do consumo de produtos orgânicos	26%
Há poucos canais de comercialização da produção	24%
Falta a certificação orgânica da produção	24%
Falta a certificação municipal para comercializar a produção	21%
Baixa oferta de produtos orgânicos	8%
Aparência inferior de determinados produtos orgânicos	8%

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme apresentado na Tabela 2, a falta de conscientização dos consumidores quanto à importância do consumo de produtos orgânicos foi elencado por 26% dos produtores. Esta realidade está presente principalmente nos municípios menores onde muitas vezes a diferenciação dos produtos orgânicos não é reconhecida pelos consumidores.

A falta de certificação orgânica da produção e a existência de poucos canais de comercialização da produção foram destacadas por 24% dos produtores, como fatores limitantes na comercialização de produtos orgânicos. Os agricultores enfatizaram a necessidade de locais específicos e diferenciados para comercialização destes produtos.

Oliveira et al. (2013), em análise realizada com produtores da Feira Agroecológica da cidade de Lagoa Seca-PB, observaram que os maiores entraves dos produtores no momento da comercialização seriam a “invasão” por parte de outros produtores que não possuem certificado para atuarem na feira, bem como produção descontínua, falta de incentivo e divulgação da feira e dos produtos agroecológicos, além da falta de infraestrutura e transporte.

Para Finatto e Salamoni (2008), em estudo realizado entre produtores agroecológicos de Pelotas-RS, percebeu-se que ainda que a cooperativa local desempenhe a função de mediar

as relações entre produtores e consumidores, se faz necessário ampliar tanto o volume da produção quanto a sua diversidade, garantindo um mercado estável que atenda as necessidades de escoamento da produção.

Em estudo de Loss e Romagnha (2008), os autores destacam que mesmo com a existência de consumidores potenciais em Santa Teresa-ES, a falta de divulgação sobre a importância dos produtos orgânicos é o que mais interfere na comercialização.

Em estudos de Almeida (2007) envolvendo produtores orgânicos do Assentamento Monte Alegre, Araraquara-SP, o autor constatou que as dificuldades de comercialização entre os assentados estão relacionadas a problemas no escoamento da produção, o que leva a maioria dos produtores a utilizarem canais de venda como os agentes intermediários, de modo que os preços praticados acabam por não cobrir os custos de produção, acarretando em endividamento de muitos produtores.

Considerando as dificuldades existentes no processo de comercialização por alguns dos produtores de base familiar em Mato Grosso do Sul, foram evidenciadas algumas medidas necessárias a fim de resolver ou amenizar os atuais problemas vivenciados por eles, conforme demonstrado por meio da Figura 5.

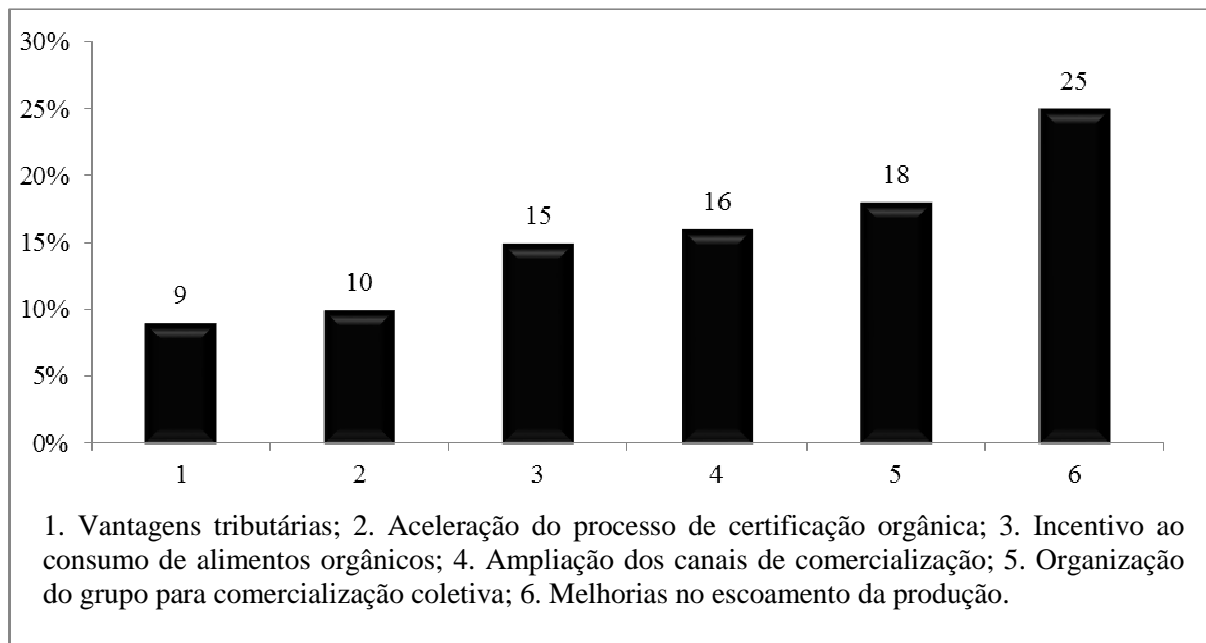


Figura 5. Medidas necessárias ao fortalecimento da comercialização de produtos orgânicos no Mato Grosso do Sul, segundo a ótica dos produtores de base familiar.

Fonte: Dados da pesquisa.

Neste sentido, foram mencionados alguns aspectos imprescindíveis, entre os quais, 25% dos produtores indicaram a necessidade por melhorias no escoamento da produção. Tais melhorias contemplam apoio do governo no processo de logística, sendo por meio de

viabilização de veículos apropriados para associações e cooperativas coletarem a produção dos produtores para levá-las até os locais de comercialização, assim como transporte gratuito para os agricultores comercializarem a produção nos centros urbanos. Outro aspecto seria a viabilização de crédito para que os próprios produtores possam melhorar as condições de escoamento.

A organização de grupos para comercialização coletiva é uma medida identificada como estratégica por 18% dos produtores, visto a grande dificuldade de organização existente entre estes, que pode ser amenizada a partir da formação de associações e cooperativas. Aspectos acerca da importância de relações sociais saudáveis, bem como da união entre determinados atores são mencionados por Maia, Filippi e Riedl (2009), que enfatizam uma coletividade organizada como sendo um fator propulsor do desenvolvimento de uma localidade. Os autores salientam que, para que haja essa condição no grupo, faz-se necessária a solidariedade na estrutura competitiva, assim como esforço endógeno para melhorar as técnicas utilizadas nas atividades locais, apresentando inovações, produzindo internamente e atendendo, também, um mercado externo sem ser necessariamente dependente de incentivos governamentais para tal.

Em Mato Grosso do Sul, a necessidade de ampliação dos canais de comercialização foi indicada por 16% dos produtores orgânicos, visto que alguns deles, em especial de municípios menores, queixaram-se de poucas alternativas para destinarem a produção. Esta demanda está presente, principalmente entre aqueles produtores que normalmente não possuem o título de suas terras, fato que muitas vezes acaba por inviabilizar o acesso a outros canais de comercialização diferentes da venda direta, ou que tenham dificuldades em acessar mercados mais distantes.

A República Dominicana, país com expressiva produção e exportação de banana e cacau orgânico, apresenta por sua vez, restrições econômicas e comerciais que impedem o crescimento da agricultura orgânica em âmbito local. Segundo dados do Centro de Exportações e Investimentos da República Dominicana (CEI-RD, 2007), em meio a estas restrições, destacam-se o fornecimento constante e seguro exigido pelo mercado, os agricultores se deparam com grandes dificuldades na obtenção de recursos financeiros para investir na agricultura orgânica. O país não tem estratégias de comunicação de empresas e instituições interessadas para que haja a conscientização da importância de se optar pela compra e produção de produtos saudáveis que protegem o meio ambiente, dificultando o acesso da população local a estes produtos.

Além dos fatores apresentados na Figura 6, também foi destacado o desejo dos produtores de Mato Grosso do Sul em maior apoio do governo no elo da comercialização, mediante uma integração mais efetiva entre o poder público e produtores. Verificaram-se, também, anseios concernentes a incentivos para que mais produtores migrem para o sistema orgânico a fim de gerar maior volume de produção. Também foi explicitada a necessidade de criação assessoria técnica específica para a comercialização, o que auxiliaria os produtores, mesmo que em fase inicial, de escalonar a produção de acordo com a necessidade do mercado, bem como auxiliar no processo de formação de preço e também no sentido de intermediar as transações comerciais com mais eficiência.

De acordo com Pedrollo et al. (2013), diante das dificuldades dos pequenos produtores mediante o acesso à certificação orgânica, os serviços de assessoria técnica para a agricultura familiar podem criar condições objetivas para auxiliar os agricultores a vencerem estes obstáculos, principalmente na certificação e comercialização de tais produtos, contribuindo para a expansão dos sistemas orgânicos de produção.

Nesse sentido, Lomba, Silva e Filocreao (2013) explicam que no estado do Amapá o órgão de assistência técnica e extensão rural local, conhecido como Instituto de Desenvolvimento Rural – RURAP viabilizou contribuições ao fortalecimento da agricultura familiar no estado. Os autores enfatizaram que o RURAP realiza cursos e treinamentos pautados em aspectos tecnológicos, gerenciais e ambientais, proporcionando melhores desempenhos nos aspectos produtivos aos produtores.

Para Jensen, Denver e Zanolli (2011), diante de análises sobre o consumo de alimentos orgânicos no mercado europeu, constataram que uma maneira de conseguir o desenvolvimento do mercado e aumentar a fidelidade é acrescentar o teor de 'valor' ao produto orgânico. Isto pode ser obtido pela adição de significados extras para o conceito de alimentos orgânicos, tais como a de origem local (na medida em que a origem local minimiza transporte e poluição), os valores éticos (como melhorou o bem-estar dos animais, preços justos para os produtores e os consumidores, a agricultura baseada no princípio do cuidado), cuidado e processamento mínimo (especialmente em relação ao uso de métodos tradicionais e uso limitado de aditivos), e benefícios adicionais para a saúde humana e a qualidade de vida. Neste sentido, os autores mencionam que a reconciliação de valores orgânicos com outros valores potencialmente relevantes tenderá para reduzir a substituição do produto e aumentar a fidelidade e confiança.

Tendo em vista a necessidade de maior conscientização dos consumidores acerca da importância do consumo de produtos orgânicos, foi questionado aos produtores orgânicos, as ações que poderiam auxiliar neste processo de conscientização entre os consumidores.

Nesse sentido, 62% dos produtores de base familiar de Mato Grosso do Sul enfatizaram a necessidade de iniciativas voltadas à divulgação na mídia sobre os benefícios dos alimentos orgânicos, como também, 19% mencionaram a necessidade de realização de palestras aos diversos segmentos da sociedade, sobretudo nas escolas, alertando sobre a importância do consumo desses produtos. Para 8% dos entrevistados, o maior consumo de alimentos orgânicos poderia ser possível se houvesse aumento da oferta de produtos orgânicos e 7% salientou que cabe aos poderes públicos o papel de coordenar a divulgação e conscientização dos consumidores. Destes, apenas 4% indicaram a necessidade de preços mais justos, em que muitas vezes, apenas consumidores diferenciados possuem acesso a estes produtos (Figura 6).

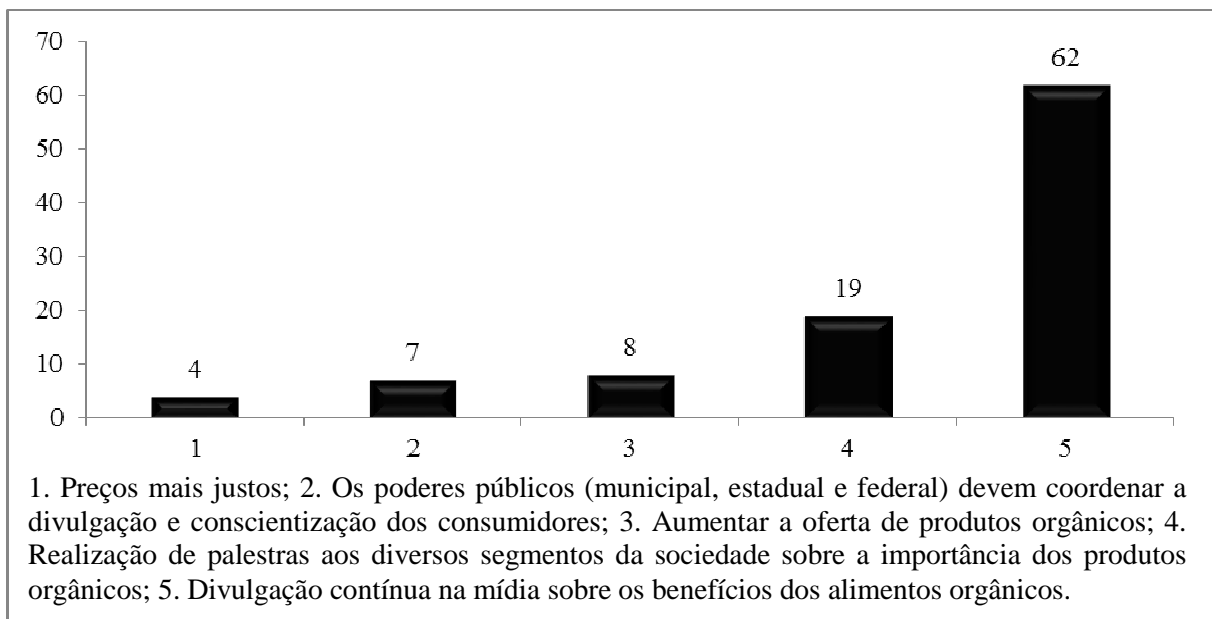


Figura 6. Medidas necessárias para promover a conscientização da população para o maior consumo de alimentos orgânicos em Mato Grosso do Sul, de acordo com a percepção dos produtores.

Fonte: Dados da pesquisa.

Para Oliveira et al. (2006), um mecanismo para atrair mais consumidores com menor poder aquisitivo ao mercado de produtos orgânicos seria investir em campanhas de conscientização sobre os danos causados pelos agentes químicos e sobretudo, produzir em maior escala para obter menores custos de produção e melhores preços de venda. De acordo com as constatações de Las Casas e Suszek (2009), a falta e/ou ineficiência no processo de

comunicação de marketing é um entrave para que consumidores em potencial venham consumir mais produtos orgânicos.

Deste modo, percebe-se que a divulgação da diferenciação de produtos orgânicos é um fator primordial a fim de gerar maior conscientização entre os consumidores. No entanto, para que o aumento da valorização e o conseqüente consumo desses produtos se intensifiquem entre a população, uma série de fatores precisa acontecer antes, como o apoio do governo à produção orgânica, bem como a valorização e assessoramento técnico aos produtores em todos os elos da cadeia produtiva. Assim, com maior oferta de produtos comercializados a preços acessíveis, haverá mais chances de sua popularização junto aos diferentes segmentos da sociedade.

CONCLUSÕES

A maioria dos produtores orgânicos de base familiar em Mato Grosso do Sul não agrega valor aos produtos agrícolas. Entretanto, para aqueles que realizam esta prática, há necessidade de investimentos em tecnologias e infraestrutura adequada para melhorar as condições de beneficiamento dos produtos.

A minoria dos agricultores de base familiar possui a certificação orgânica. O canal de comercialização mais utilizado entre os produtores orgânicos de base familiar de Mato Grosso do Sul é a venda direta, sendo os demais canais menos explorados, em especial, os programas de comercialização do governo.

O principal entrave à comercialização de produtos orgânicos em Mato Grosso do Sul é o escoamento da produção, o qual foi indicado por 48% dos produtores de base familiar. Deste modo, para que haja avanços neste segmento, os produtores apontam a necessidade de melhorias no escoamento dos produtos.

A necessidade de divulgação contínua na mídia sobre os benefícios dos alimentos orgânicos, bem como a realização de palestras aos diversos segmentos da sociedade sobre a importância dos produtos orgânicos, são algumas medidas destacadas pelos produtores orgânicos de Mato Grosso do Sul para melhorar a conscientização da população sobre a importância do consumo de alimentos orgânicos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. F. P. Produção de frutas em assentamentos rurais na região de Araraquara, São Paulo. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 2, 2007.
- ANDRADE, L. M. S.; BERTOLDI, M. C. Atitudes e motivações em relação ao consumo de alimentos orgânicos em Belo Horizonte – MG. **Brazilian Journal of Food Technology**, IV SSA, maio 2012. p. 31-40.
- BAILEY, K. **Methods of social research**. New York: The Free Press, 1994.
- BARBÉ, L. C. **Caracterização de consumidores e produtores dos produtos agroecológicos/orgânicos em Campos dos Goytacazes, RJ**. 2009. 64 p. Dissertação (Mestrado em Produção Vegetal) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2009.
- BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. Florianópolis: UFSC, 1994
- BAVARESCO, P. A.; MAURO, F. Agricultura familiar brasileira no Programa Nacional de Alimentação Escolar: garantia de mercado aos agricultores e de segurança alimentar e nutricional aos alunos da rede pública de ensino, 2012, Santiago, Chile. FÓRUM DE ESPECIALISTAS: PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2012. Disponível em: http://www.rlc.fao.org/fileadmin/templates/fondobrasil/documentos/Foro_expertos/Articulos/Artigo_Pedro_Bavaresco.pdf. Acesso em: 30 jan. 2014.
- BORGUINI, R. G.; TORRES, E. A. F. S. Alimentos orgânicos: qualidade nutritiva e segurança do alimento. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 13, n. 2, p. 64-75, 2006.
- BRASIL. **Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 06 fev. 2014a.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadeia produtiva dos produtos orgânicos**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.ibraf.org.br/x_files/Documentos/Cadeia_Produtiva_de_Produtos_Org%C3%A2nicos_S%C3%A9rie_Agroneg%C3%B3cios_MAPA.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2013.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Orientações Técnicas**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/orientacoes-tecnicas>>. Acesso em 22 mar. 2014b.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Certificação por Auditoria**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/desenvolvimento-sustentavel/organicos/regularizacao-producao-organica/certificacao-por-auditoria-rpo>> Acesso em: 22 mar. 2014c.
- BUAINAIN, A. M.; BATALHA, M. O. **Cadeia produtiva de produtos orgânicos**. Série Agronegócios, v. 5, Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento, Secretaria de Política Agrícola e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, janeiro 2007.
- CAMPEÃO, P.; VILPOUX, O.; QUEIROZ, A. A. F. S. L. **Relatório analítico do projeto Gestão de Territórios Rurais - Da Grande Dourados-MS e da Reforma-MS**. 2012. (Relatório de pesquisa). Disponível em <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra047.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2013.

CANADA ORGANIC TRADE ASSOCIATION. **Canada's Organic Market**. National Highlights, 2013. Disponível em: <http://www.ota.com/pics/media_photos.171.img_filename.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2014.

CENTRO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS DA REPÚBLICA DOMINICANA (CEI-RD). **Perfil Económico de Productos Orgánicos en República Dominicana**. 2007. Disponível em: <http://www.cei-rd.gov.do/estudios_economicos/estudios_productos/perfiles/PRODUCTOS_ORGANICOS.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2014.

COELHO, A. M. **Produtos Orgânicos como Segmento de Mercado: análise do cenário e contribuições para sua expansão como negócio sustentável**. 2011. 191 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável). IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, Nazaré Paulista, 2011.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DANTAS, S. R. et al. Avaliação do conhecimento e aceitabilidade dos produtos orgânicos oferecidos na feira agroecológica de Bananeiras, PB. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2, 2011.

DAROLT, M. R. **Agricultura Orgânica: Inventando o futuro**. Londrina: Iapar, 2002.

FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. Agricultura Familiar e Agroecologia: Perfil da Produção de Base Agroecológica do Município de Pelotas/RS. **Sociedade & Natureza**, v. 20, p. 199-217, 2008.

FLATEN, O. et al. Norwegian farmers ceasing certified organic production: characteristics and reasons. **Journal of Environmental Management**, v. 91, n. 12, p. 2717-2726. 2010.

FLORES, J. C. O. et al. Características sociais dos produtores orgânicos da ABIO no estado do Rio de Janeiro. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, n. 7, p. 141-158, 2009.

FONSECA, M. F. de A. C. **Agricultura orgânica: regulamentos técnicos para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil**. Niterói: PESAGRO-RIO, 2009.

GELINSKI NETO, F. **A agricultura Alternativa em Santa Catarina**. Texto para discussão. Disponível em <<http://www.cse.ufsc.br/~fgelneto/Agricultura%20alternativa%20em%20Santa%20Catarina.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. Disponível em: <<http://www.ms.gov.br>>. Acesso em: 06 dez. 2012.

GUIMARÃES, L. T.; TURETTA, A. P. D.; COUTINHO, H. L. C. Uma proposta para avaliar a sustentabilidade da expansão do cultivo da cana-de-açúcar no estado do Mato Grosso do Sul. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 2, p. 313-327, 2010.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Brasília: 2006. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>> Acesso em: 20 jun. 2012.

IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 30 jan. 2014.

- JENSEN, K. O.; DENVER, S.; ZANOLI, R. Actual and potential development of consumer demand on the organic food market in Europe. *NJAS – Wageningen. Journal of Life Sciences*, v. 58, p. 79-84, 2011.
- KOMORI, O. M. et al. Núcleo de Agroecologia de Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, p. 1746-1749, 2007.
- KRISCHKE, J. P.; TOMIELLO, N. O comportamento de compra dos consumidores de alimentos orgânicos: um estudo exploratório. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 10, n. 96. 2009.
- LAS CASAS, A. L.; SUSZEK, A. C. A Importância da Comunicação no Processo de Adoção de Produtos Orgânicos pelo Consumidor. **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 7, n. 3, 2009.
- LOMBA, R. M.; SILVA, I. C.; FILOCREAO, A. S. M. Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar do Estado do Amapá, Brasil. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 14, 2013, Llima. Artículos e Ponencias. Lima: UGI, 2013.
- LOSS, A. T.; ROMAGNHA, M. J. F. Benefícios e desafios da agricultura orgânica no município de Santa Teresa, ES: um estudo de caso. **Natureza**, v. 6, n. 2, p. 79-85, 2008.
- MAIA, C. M.; FILIPPI, E.; RIEDL, M. Território, ruralidade e desenvolvimento regional. **Revista Gestão do Desenvolvimento Regional**, v. 5, n. 1, 2009.
- MARTINEZ, F. L.; FERREIRA, A. I. **Análise de Dados com SPSS: Primeiros Passos**. Lisboa: Escolar Editora, 2007.
- MARTINS, V. A.; CAMARGO FILHO, W. P.; BUENO, C. R. F. Preços de frutas e hortaliças da agricultura orgânica No mercado varejista da cidade de São Paulo. **Informações Econômicas**, v. 36, n. 9, 2006.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Produtos orgânicos mais representativos de cada Unidade da Federação, 2012**. Folder - Produto Orgânico. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/orgnicos/publicacoes>>. Acesso em: 13 dez. 2013.
- NEVES, M. F.; CASTRO, L. T. Agronegócio, Agregação de Valor e Sustentabilidade. In: ENANPAD, 21, 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2007. Disponível em: <http://www.markestrat.org/up_arqs/pub_20101104102905_agronegocio,agregacaodevaloresustentabilidade.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2014.
- OLIVEIRA, R. A. et al. O consumo e comercialização de produtos orgânicos: o caso da associação para o desenvolvimento da agropecuária orgânica em Fortaleza-CE. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44, 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2006.
- OLIVEIRA, D.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Produzindo novidades na agricultura familiar: Agregação de valor e agroecologia para o desenvolvimento rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 28, n. 1, p. 17-49, 2011.
- OLIVEIRA, V. C. et al. Comercialização de produtos agroecológicos: relato de experiência da feira agroecológica da cidade de Lagoa Seca, PB. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, 2013.
- PEDROLLO, M. G. et al. Dia de campo e difusão de tecnologias para a Agricultura familiar. **Revista Conexão (UEPG)**, v. 9, n. 1, 2013.

- PIERRI, M. C. P.; VALENTE, A. L. E. F. A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar. In: CONGRESSO DA SOBER, 49, 2010, Campo Grande. **Anais eletrônicos**. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/15/234.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2013.
- PINEIRO, K. H. Produtos orgânicos e certificação: o estudo desse processo em uma associação de produtores do município de Palmeira – PR. 2012, 116 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2012.
- SILVA, M. G.; SILVA, S. P. Para Além do Acesso: Uma Análise entre Mercados Institucionais e Empreendimentos de Economia Solidária no meio Rural. **Mercado de Trabalho**, v. 49, p. 87-93, 2011.
- SILVA, D. B. P. et al. Os Agentes Sociais e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): A percepção dos agricultores familiares. In: ENCONTRO INTERNACIONAL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: Aproximando Agendas de Agentes, 2013, Araraquara, 2013.
- VILCKAS, M.; NANTES, F. D. Agregação de valor: uma alternativa para a expansão do mercado de alimentos orgânicos. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 9, n. 1, 2007.
- ZOLDAN, P.C.; MIOR, L.C. **Produção orgânica na agricultura familiar de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2012. 94 p. (Epagri. Documentos, 239).
- WESZ JUNIOR, V. J. Política pública de agroindustrialização na agricultura familiar: uma análise do Pronaf-Agroindústria. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 48, n. 4, p. 567-596, 2010.
- WILLER, H; KILCHER, L. (Eds.) **The World of Organic Agriculture - Statistics and Emerging Trends 2010**. IFOAM, Bonn, and FiBL, Frick. 2010. Disponível em: <<http://www.organic-world.net/fileadmin/documents/yearbook/2010/world-of-organic-agriculture-2010.pdf>> Acesso em: 22 Nov. 2012.

CONCLUSÃO GERAL

Existem vários elementos que dificultam o avanço da produção e comercialização de produtos orgânicos pela agricultura familiar em Mato Grosso do Sul, tais como:

- Poucos produtores de base agroecológica são atendidos pela assistência técnica, sendo que também grande parte dos produtores não participa de entidades de caráter associativo ou cooperativo voltado à produção orgânica no estado.

- As principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores de base familiar, concernentes à produção orgânica são: a falta de recursos financeiros para investimentos, dificuldade no controle de pragas e doenças, falta de insumos orgânicos e falta de assistência e qualidade e qualidade adequada. Para tanto, o fortalecimento da união entre os produtores, viabilização de assistência técnica de qualidade e em quantidade necessária, viabilização de créditos para melhorar a infraestrutura, maior incentivo dos governantes para o aumento e fortalecimento da produção orgânica são medidas a serem adotadas para o fortalecimento da produção orgânica, segundo a ótica dos produtores.

- Ao verificar os aspectos relacionados à comercialização dos produtos orgânicos, constatou-se que maior parte dos produtores de base familiar não agrega valor aos produtos agrícolas destinados ao mercado. E ainda, apenas 24% dos produtores possui a certificação de produtos orgânicos.

- A venda direta é o canal de comercialização mais utilizado entre os produtores, sendo que o escoamento da produção constitui-se no principal entrave à comercialização desses produtos em Mato Grosso do Sul.

- Melhorias no escoamento da produção e organização de grupos para comercialização coletiva, são alguns aspectos que devem ser implementados para que ocorram melhorias nos processos de comercialização de produtos orgânicos em Mato Grosso do Sul.

- A necessidade de divulgação contínua na mídia sobre os benefícios dos alimentos orgânicos, bem como a realização de palestras aos diversos segmentos da sociedade sobre a importância dos produtos orgânicos, são algumas medidas destacadas pelos produtores orgânicos de Mato Grosso do Sul que podem melhorar a conscientização da população sobre a importância do consumo de alimentos orgânicos.

SUGESTÕES/RECOMENDAÇÕES

1. Oferecer assistência qualificada e em quantidade suficiente: planejamento dos ambientes agrícolas, manejo de pragas e doenças, produção e uso correto de insumos orgânicos;
2. Investir na organização de grupos para certificação e comercialização coletiva;
3. Investir em Certificação Facultativa (Controle Social), pois o canal de comercialização mais utilizado entre os produtores orgânicos de MS é a venda direta;
4. Apoiar os agricultores com projetos para adquirirem créditos adequados para investimentos, principalmente destinados à agregação de valor à produção;
5. Investir em melhorias no escoamento da produção, bem como ampliação dos canais de comercialização;
6. Investir nos consumidores: divulgação contínua na mídia sobre os benefícios dos alimentos orgânicos e realização de palestras aos diversos segmentos da sociedade sobre a importância dos produtos orgânicos.

Sugere-se, ainda, que sejam realizadas futuras pesquisas para investigar o desempenho e a eficácia das políticas públicas em relação à agricultura orgânica de base familiar, assim como a realização de levantamento dos impactos socioeconômicos e ambientais no âmbito da agricultura orgânica, voltada para a tomada de decisões.

APÊNDICE A – FOTOS

Figura 1. Produção de café orgânico em Ivinhema, MS.



Figura 2. Cultivo de hortaliças orgânicas em Nova Andradina, MS.



Figura 3. Consórcio de maracujá, abacaxi e mamão sob manejo orgânico em Bonito, MS.



Figura 4. Sistema agroflorestal diversificado com ênfase na produção de limão Taiti em Dourados, MS.



Figura 5. Feira de produtores orgânicos em Campo Grande, MS.



Figura 6. Comercialização de produtos orgânicos e artesanais por produtores em eventos (Showtec – Maracaju, MS).

APÊNDICE B – ROTEIRO DE PESQUISA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS



Pesquisa: Produção e comercialização de produtos orgânicos em Mato Grosso do Sul

Mestranda: Juliana Benites Pádua; **Orientador:** Prof. Dr. Milton Parron Padovan

1. Qual o nome e localização da propriedade _____
 _____ Telefone: _____

2. Nome do proprietário: _____

3. Incluindo você, quantas pessoas moram na propriedade ou lote? _____

Sexo (Masc./ Feminino)	Idade (anos)	Parentesco	Estuda	Escolaridade/Série
()M ()F			()Sim ()Não	
()M ()F			()Sim ()Não	
()M ()F			()Sim ()Não	
()M ()F			()Sim ()Não	

Se caso o (a) agricultor morar na cidade, deve-se fazer essa observação

4. Já produziu alimentos convencionais antes de optar pelo sistema agroecológico/orgânico?
 Sim () Não ()

5. Por que optou em produzir alimentos orgânicos? O que o/a fez mudar?

6. Considera-se um (a) produtor (a):

() orgânico(a) ou () em transição. Por quê? _____

7. Há quanto tempo vem produzindo alimentos orgânicos em sua propriedade?

8. Qual o tamanho da propriedade/lote? _____ ha; e o tamanho de sua área de produção orgânica? _____ ha; área de produção convencional _____ ha.

9. Quais são os produtos produzidos pelo sistema agroecológico/orgânico em sua propriedade/lote? Quais os produtos previstos para o futuro (1 ano) e 2 anos ou mais?

Culturas/animais	Área/ quant.	Produção/ano atual (t ou kg)	Produção/ano futura - 1 ano (t ou kg)	Produção/ano futura - 2 anos ou + (t ou kg)	Consumo/ Venda

10. O que o/a fez pensar em aumentar a produção? Alguma vantagem específica? Qual (quais)? _____

11. No seu caso, o custo da produção orgânica é superior em relação à produção convencional?

() Sim - _____% () Não - _____%

Porque? _____

12. Beneficia (processa – agrega valor) algum produto na propriedade/lote?

() Sim () Não Qual(is)?

13. O que é necessário para melhorar a agregação de valor aos produtos?

14. Os produtos produzidos na propriedade possuem certificação? () Não () Sim;

() Sistema Participativo de Garantia (certificação participativa) ou () Auditoria

Por quê?

15. Se é certificado, qual a certificadora? Está satisfeito com o tipo de certificação?

() Não () Sim. Por quê? _____

16. Se não é certificado, por que motivo não é?

17. Que tipo de certificação pretende ter ou não tem intenção de ser certificado?

18. Como comercializa sua produção? Quem são seus clientes? Empresas – tipo - % ()

Atravessadores ou intermediários - % () Consumidor final – venda direta - % ()

Outros - % _____

19. Em geral, o preço obtido pelo produto orgânico vendido é maior que o convencional?

() sim - _____% () não – Por quê? _____

20. Quais as dificuldades existentes hoje na produção de base agroecológica/orgânica?

21. Quais as dificuldades existentes na comercialização de produtos orgânicos?

22. O que pode ser feito para resolver ou amenizar essas dificuldades e quem pode fazer?

Governos (GOV) ou agricultores (AGR) – colocar essas siglas na frente de cada resposta.

Produção: _____

Comercialização _____

23. Participa de algum programa do governo federal (ou estadual) para comercialização da produção orgânica? Sim () Não ()

() Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

() Programa Aquisição de Alimentos (PAA)

Quais produtos _____

24. Quais vantagens percebe nessa participação?

25. Quais são os fatores que limitam um maior consumo de alimentos orgânicos? Numerar em ordem de importância (1 = mais importante) – o mesmo número pode ser repetido.

() preço alto dos produtos

() falta de divulgação da qualidade

() aparência ruim dos produtos

() falta de locais específicos de comercialização

() baixa oferta de produtos

() falta de incentivo

() falta de consciência dos consumidores

() Outros.

Quais _____

26. O (a) Sr.(a) acredita que falta conscientização por parte da população sobre a importância de consumir alimentos orgânicos? () Sim () Não

27. O que pode ser feito para que haja maior sensibilização dos consumidores?

28. O (a) Sr. (a) acredita que devia existir mais incentivo à produção orgânica no Estado?

() Sim () Não. Por quê?

29. Em caso positivo, mencionar qual tipo de incentivo

30. Recebe algum tipo de assistência técnica voltado para o manejo de práticas agroecológicas/orgânicas na propriedade?

Sim () Não ()

31. Em caso positivo, responder de quem

32. Em caso negativo, existe alguma dificuldade ou impedimento para tal? O que seria?

33. Participa de alguma associação ou cooperativa ligada à produção orgânica?

() Sim () Não. Qual(is) _____

Em que essa participação contribui para o fortalecimento da produção orgânica?
